



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA RURAL  
CURSO BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL

MARIA PAULA ALVES SANTOS

**Análise Técnica do Plano de Concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC): Desafios Socioambientais, Patrimoniais e a Percepção Comunitária em Cabo de Santo Agostinho, PE**

Recife

2026

MARIA PAULA ALVES SANTOS

**Análise Técnica do Plano de Concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC): Desafios Socioambientais, Patrimoniais e a Percepção Comunitária em Cabo de Santo Agostinho, PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação.

Orientador (a): José Carlos Pacheco dos Santos

Recife

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S237a Santos, Maria Paula Alves.

Análise técnica do plano de concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC): desafios socioambientais, patrimoniais e a percepção comunitária em Cabo de Santo Agostinho, PE / Maria Paula Alves Santos. – Recife, 2026.

95 f.

Orientador(a): José Carlos Pacheco dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Engenharia Ambiental, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Gestão ambiental. 2. Aspectos socioambientais. 3. Sustentabilidade. 4. Concessões de licenças 5. Engenharia ambiental. I. Santos, José Carlos Pacheco dos, orient. II. Título

CDD 628

MARIA PAULA ALVES SANTOS

Análise Técnica do Plano de Concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC): Desafios Socioambientais, Patrimoniais e a Percepção Comunitária em Cabo de Santo Agostinho, PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação.

Aprovado em: 26/01/2026

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Carlos Pacheco dos Santos (Orientador)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Prof. Dr. Júlio da Silva Corrêa de Oliveira Andrade (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Mestr. Carlos André Vanderlei de Vasconcelos Cavalcanti (Examinador Externo)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos que sempre acreditaram em mim e àqueles que continuam acreditando no meu crescimento amplo de hoje, de amanhã e dos dias que virão.

## **AGRADECIMENTOS**

Assim como a quem dedico, agradeço a todos que sempre acreditaram em mim. Aos meus pais, ao meu irmão, ao meu cachorro, aos meus familiares, aos meus amigos, aos meus professores, aos meus colegas. Agradeço até mesmo a quem, sem perceber, clareou o dia. Afinal, são momentos que iluminam dias, e são dias iluminados que iluminam uma vida.

*“Pra tudo tem um jeito  
E se não teve jeito  
Ainda não chegou ao fim”*

**Serginho Meriti**

## RESUMO

O crescimento populacional está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento urbano, nos quais provocam transformações significativas na ocupação do solo sobre áreas ambientalmente sensíveis e de relevante valor histórico e cultural. Instrumentos de planejamento e gestão são considerados como alternativas estratégicas para o uso do solo, considerando aspectos de valorização ampla, mas que, comumente, provocam debates relacionados aos impactos socioambientais e à preservação da história da comunidade de influência. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar tecnicamente a proposta de Plano de Concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil) apresentada pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, a fim de propor melhorias sustentáveis para a gestão e conservação do parque. A metodologia deu-se por meio da análise da perspectiva comunitária com aplicação de um questionário, análise técnica e documental da proposta para identificação de pontos fracos, potencialidades e conflitos entre o modelo de gestão apresentado, a conservação ambiental, a valorização e os pontos de vistas da comunidade diretamente afetada pela implantação de uma nova gestão público-privada para a área de estudo. Com base nos resultados obtidos, foi observado que o PMAHC encontra-se em um estado de degradação gradual e silenciosa, e que a comunidade afetada possui raízes de fragilidades preexistentes que dificultam uma efetivação de uma nova gestão para o PMAH. Portanto, é acentuada a necessidade de uma articulação participativa entre gestão e comunidade discutida de forma imparcial quanto às vulnerabilidades históricas que envolvem o Complexo Industrial Portuário de Suape.

Palavras-chave: gestão ambiental, aspectos socioambientais, sustentabilidade, concessões de licenças, engenharia ambiental.

## **ABSTRACT**

Population growth is intrinsically linked to urban development, causing significant transformations in land use in environmentally sensitive areas of significant historical and cultural value. Planning and management instruments are considered strategic alternatives for land use, taking into account aspects of broad valorization, but which commonly provoke debates related to socio-environmental impacts and the preservation of the history of the communities affected by them. In this context, the present study aimed to technically evaluate the proposed Concession Plan for the Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brazil) presented by the Suape Industrial Port Complex, in order to propose sustainable improvements for the management and conservation of the park. The methodology involved analyzing the community perspective through a questionnaire, and conducting a technical and documentary analysis of the proposal to identify weaknesses, potential, and conflicts between the management model presented, environmental conservation, appreciation, and the viewpoints of the community directly affected by the implementation of a new public-private management model for the study area. Based on the results obtained, it was observed that the PMAHC is in a state of gradual and silent degradation, and that the affected community has pre-existing vulnerabilities that hinder the effective implementation of a new management system for the PMAHC. Therefore, the need for participatory articulation between management and the community, discussed impartially regarding the historical vulnerabilities surrounding the Suape Port Industrial Complex, is emphasized.

**Keywords:** environmental management, socio-environmental aspects, sustainability, licenses concessions, environmental engineering.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APP	Área de Preservação Permanente
CIPS	Complexo Industrial Portuário de Suape
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PD	Plano Diretor
PMAHC	Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti
PPP	Parceria Público-Privada
RMR	Região Metropolitana do Recife
SEHIS	Setor Habitacional de Interesse Social
ZEPCULT	Zona Especial de Preservação Cultural

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>12</b>
	<b>O PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA</b>	
<b>3</b>	<b>CAVALCANTI NO CONTEXTO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO</b>	<b>13</b>
<b>3.1</b>	<b>A Cidade do Cabo de Santo Agostinho</b>	<b>13</b>
3.1.1	História	14
3.1.2	Geologia e Geomorfologia	15
3.1.3	Pedologia	16
3.1.4	Climatologia	18
3.1.5	Hidrografia	18
3.1.6	Vegetação e Ocupação do Solo	19
<b>3.2</b>	<b>Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC)</b>	<b>20</b>
3.2.1	Vila de Nazaré	23
3.2.2	Feirinha Vale da Lua	27
3.2.3	Complexo Industrial Portuário de Suape	27
3.2.4	Plano de Concessão – Parceria Público-Privada – PPP	30
<b>4</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>Categorização de Pesquisa</b>	<b>32</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>34</b>
<b>5.1</b>	<b>Análise de Perspectiva do PMAHC</b>	<b>34</b>
5.1.1	Perfil e Perspectiva dos Entrevistados	34
<b>5.2</b>	<b>Análise Técnica do PMAHC</b>	<b>45</b>
5.2.1	Passivos Ambientais	45
5.2.1.1	<i>Processos Erosivos e Redução da Cobertura Vegetal</i>	45

5.2.1.2	<i>Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos</i>	48
5.2.1.3	<i>Contaminação do Solo e da Água</i>	51
5.2.2	Diagnóstico Situacional dos Patrimônios Históricos e Culturais	52
5.2.2.1	<i>Igreja de Nossa Senhora de Nazaré</i>	52
5.2.2.2	<i>Ruínas do Convento Carmelita</i>	55
5.2.2.3	<i>Cemitério Vila de Nazaré</i>	55
5.2.2.4	<i>Farol de Nazaré</i>	56
5.2.2.5	<i>Mirante Vila Velha / Mirante Buraco da Sogra</i>	59
5.2.2.6	<i>Casa do Faroleiro (Ruínas)</i>	63
5.2.2.7	<i>Capela Velha</i>	65
5.2.2.8	<i>Pedra do Cogumelo</i>	66
5.2.2.9	<i>Quartel Velho (Ruínas)</i>	68
5.2.2.10	<i>Forte Castelo do Mar (Ruínas)</i>	71
5.2.2.11	<i>Antiga Casa de Farinha</i>	76
5.2.2.12	<i>Bica do Ferrugem</i>	79
5.2.2.13	<i>Praia do Shiba</i>	82
<b>5.3</b>	<b>Análise da Proposta</b>	<b>82</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>88</b>
	<b>APÊNDICE A</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A urbanização e o crescimento urbano proporcionam impactos ambientais significativos na escala local, especialmente no que concerne às perturbações na paisagem natural (JACOB; DRUMMOND; BARRETO, 2021, apud SOUSA, 2023). O descontrole da urbanização origina variadas consequências, destaca-se principalmente a temática do lixo, a falta de áreas verdes, o congestionamento de veículos, o aumento da acidez da chuva, formação de “ilhas de calor”, a impermeabilização do solo urbano, as poluições sonora, visual e do ar (SILVA *et al.*, 2014, apud FURTADO *et al.*, 2020).

Diante de uma crescente pressão exercida pelas sociedades sobre o ambiente natural, a criação de espaços especialmente protegidos exerce um papel fundamental na batalha pela conservação da biodiversidade do planeta (VILHENA, 2022, pg. 17). A criação de áreas protegidas ocorre quando há uma demanda da sociedade para proteção de áreas de importância biológica, histórica, cultural ou de grande beleza cênica, ou ainda para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais (FERNANDES, 2018, pg. 17).

O planejamento ambiental é fundamental para a gestão territorial e a conservação da biodiversidade (HERINGER, 2025, pg. 4). Conforme Rodrigues *et al.* (2025), a gestão de patrimônios culturais e ambientais desempenham um papel crucial na identidade e coesão da comunidade e no desenvolvimento urbano e econômico, como um integrante do planejamento estratégico regional. Assim como é representado no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), que, conforme FERNANDES (2018, pg. 14), foi criado com o objetivo de preservar o sítio histórico da Vila de Nazaré e ponto de mitigação de impactos apresentado no Projeto Suape.

Segundo Cunha (2020, pg. 164), o patrimônio material e cultural do PMAHC vem sendo lentamente deteriorado, enquanto há a intensificação do conflito entre os atores envolvidos na gestão e influência direta, como a comunidade.

Conforme Vilhena (2022), a celebração de Parcerias Públicos Privadas (PPPs) em sentido amplo é uma alternativa de melhoria da eficiência na gestão de áreas sob crescente pressão socioambiental e patrimonial, na qual busca integrar diferentes fatores em uma gestão sustentável e eficaz. A integração entre esses dois mecanismos de gestão territorial, aliada a

políticas públicas consistentes e participativas, é essencial para assegurar um futuro sustentável, no qual o crescimento econômico esteja conciliado com a preservação ambiental e a promoção da saúde coletiva (ANJOS; REGO, 2025, pg. 57).

Por esta razão, o presente estudo tem como objetivo analisar o Plano de Concessão proposto pelo Porto de Suape e Natureza Urbana, para a área do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, em uma perspectiva técnica, situacional e comunitária, buscando verificar a compatibilidade das características observadas, as dinâmicas socioambientais e patrimoniais, e as demandas da população da Vila de Nazaré.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Avaliar tecnicamente a proposta de Plano de Concessão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti apresentada pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, a fim de propor melhorias sustentáveis para a gestão e conservação do parque.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Analisar a percepção dos frequentadores do PMAHC acerca das condições do parque e do Plano de Concessão;
- Observar a situação atualizada da área de estudo
- Analisar a proposta do Plano de Concessão;
- Discutir a proposta a partir das análises de perspectivas;
- Contribuir com críticas para a melhoria do Plano de Concessão do PMAHC.

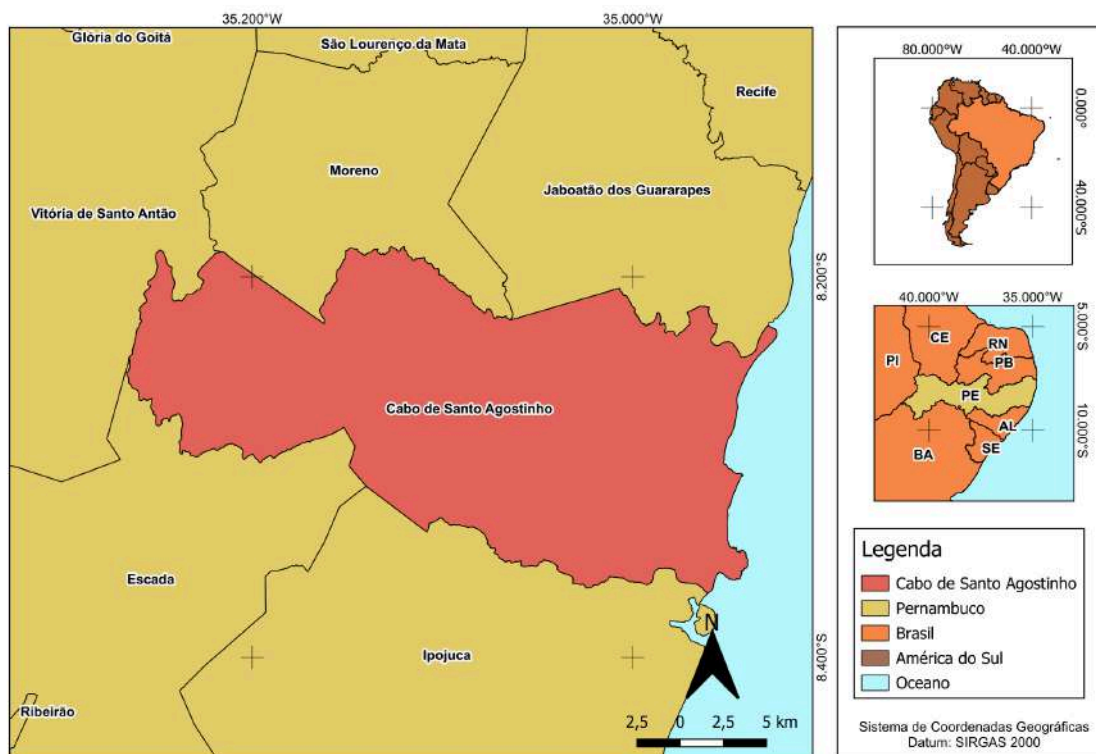
### **3 O PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI NO CONTEXTO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**

#### **3.1 A Cidade do Cabo de Santo Agostinho**

De acordo com a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2022), o município do Cabo de Santo Agostinho possui uma densidade demográfica de 203.440 pessoas, inseridas territorialmente em duas subdivisões, alta e baixa, e em quatro distritos, sendo eles o distrito-sede, Juçaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho, além dos povoados de Pirapama, Vila das Mercês, Gurjaú, Usina Liberdade e Usina Bom Jesus.

Segundo BRASIL (2024), o município litorâneo possui uma área territorial de 445,386 km<sup>2</sup> e está situado na Região Metropolitana do Recife (RMR), fazendo divisa com os municípios de, ao norte, Jaboatão dos Guararapes e Moreno; ao sul, Ipojuca e Escada; e ao oeste, Vitória de Santo Antão, conforme a Figura 1. Em conformidade com o Google Maps, em relação aos três os principais pontos de referência do Estado de Pernambuco, o Cabo de Santo Agostinho está a, aproximadamente, 38.1 km do Marco Zero do Recife, 24.2 km do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes Gilberto Freyre, e a 27.4 km do Porto de Suape, o maior polo de desenvolvimento do Nordeste.

**Figura 1 - Mapa de Localização do Município do Cabo de Santo Agostinho.**



**Fonte:** A autora, 2026.

### 3.1.1 História

Conforme informações disponíveis no site oficial da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho (2021), antes da chegada dos portugueses ao Brasil, o município era habitado por indígenas da etnia Caeté, do tupi guarani. Com a chegada dos portugueses no século XVI, o município passou a ser nomeado como Arraial do Cabo, onde deu início às construções que até os dias de hoje são protegidas por lei de forma histórica, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), em Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPCULT), tendo como exemplo o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, localizado em Suaape.

O colono português João Barreto Paes, plantador de cana-de-açúcar e militar, instaurou o Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus, também conhecido como Engenho Madre de Deus e Engenho Velho. Conforme Galvão (1908) e Silva (2006), autores do Dicionário Iconográfico Histórico e Estatístico de Pernambuco, antes de 1618 o povoamento do município era disperso, com casas separadas umas das outras e região mais

fortificada pela vegetação nativa. Somente após de duzentos anos desta data, o povoamento começou a se agrupar, junto à prática católica trazida pelos colonos e instaurada como Paróquia na criação da Vila do Cabo de Santo Agostinho, iniciando como processo de pertencimento à Província de Pernambuco administrada pelo General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Somente em 1877 a Vila do Cabo de Santo Agostinho foi elevada à categoria Cidade, através da Lei Provincial Nº 1.269, tornando-se a Cidade do Cabo e, posteriormente, a Cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Ainda conforme informações disponíveis no site oficial da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho (2021), economia do município foi iniciada, a partir de 1570, através da monocultura da cana-de-açúcar, ainda nos dias atuais sendo cultivada pela região, com o auxílio hídrico do Rio Pirapama, cedido em partes pelos colonos. Em 1571, João Paes fundou o Engenho Madre de Deus, antigo centro açucareiro da região, ao sul do Rio Pirapama.

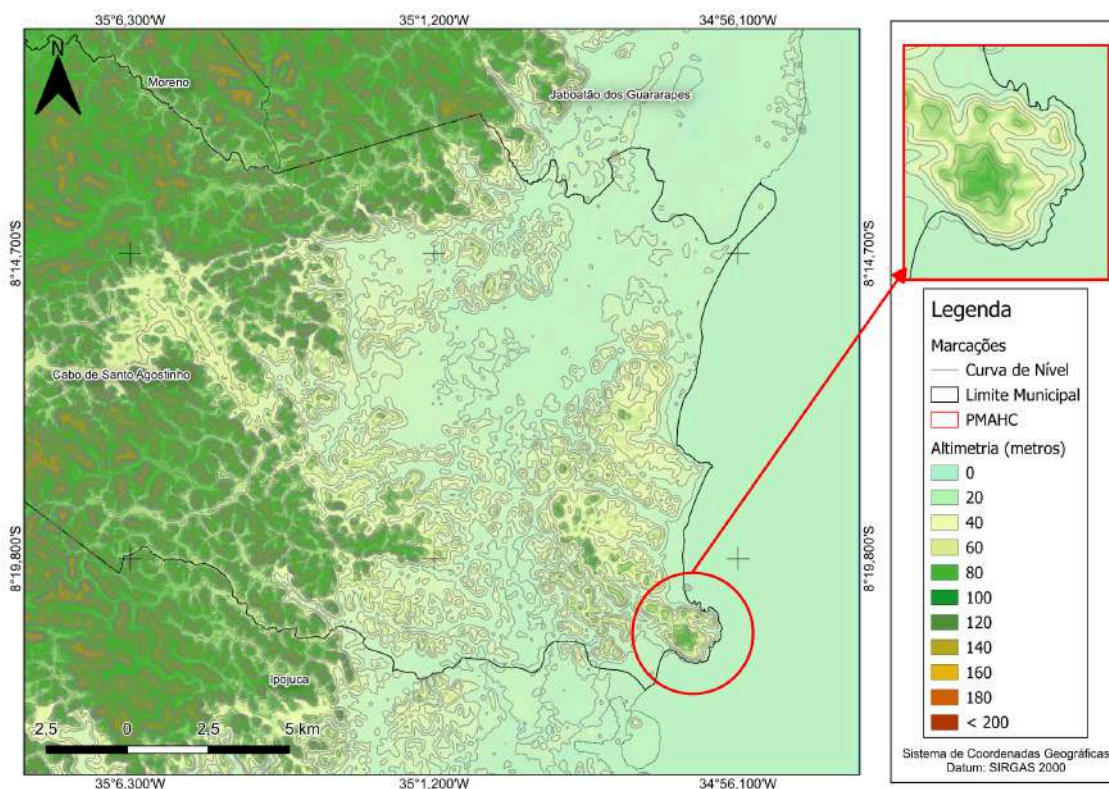
### 3.1.2 Geologia e Geomorfologia

De acordo com Coutinho *et al.* (2024, pg. 9), a Bacia do Cabo possui origem geológica ligada ao processo tectônico de alongamento e fraturamento da crosta terrestre, que ocorreu durante a idade Mesozóica, de 251 a 65,5 milhões de anos atrás, tendo, como consequência, a formação sedimentar das Formações Cabo, Ipojuca e Algodoais. Segundo Assis (1999, pg. 6), o município do Cabo de Santo Agostinho possui sua porção Leste inserida na Sub-Bacia Cabo, e sua porção Oeste inserida no substrato, no embasamento cristalino, desta sub-bacia. De maneira semelhante, Assis (1999, pg. 6) destaca que:

O embasamento cristalino é constituído por rochas de idade pré-cambriana que formam os terrenos gnáissicos-migmatíticos, estruturalmente orientados na direção SW-NE e com estruturas mais recentes no sentido NW-SE (Polônia, 1998), nas quais se encaixam as principais drenagens. Dentro deste embasamento, corpos graníticos intrusivos de idade brasileira (600 milhões de anos, aproximadamente) destacam-se sob a forma de batólitos com formatos circulares ou ovalados (Assis, 1999, pg. 6).

Conforme Assis (1999, pg. 10), o Cabo de Santo Agostinho apresenta dois tipos de relevos, o ondulado e o semi-plano. A maior parte do município possui relevo ondulado, no qual é formado por encostas íngremes, enquanto o restante apresenta o relevo semi-plano, formado por áreas baixas comumente localizadas na parte litorânea do município, com planícies flúvio-costeira, tabuleiros e terraços (Figura 2).

**Figura 2 - Mapa altimétrico do município com foco na área de estudo.**



**Fonte:** A autora, 2025.

O relevo de Cabo de Santo Agostinho insere-se na unidade das Superfícies Retrabalhadas, que é constituído por áreas que são retrabalhadas intensamente, com relevo bastante dissecado e com vales profundos. Este tipo de formação é chamada de "mar de morros", forma de relevo que antecede o Planalto da Borborema, que tem solos pobres e vegetação hipoxerófila (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2021). O município tem relevo constituído basicamente pelas seguintes formações: planícies costeiras descontínuas, com áreas de acumulação marinhas e flúvio-marinhas, falésias e estuários, área de morros, planos alagadiços sujeitos a invasões de mares, praias, restingas e áreas fruto de erosão de superfícies antigas (BRASIL, 2016).

### 3.1.3 Pedologia

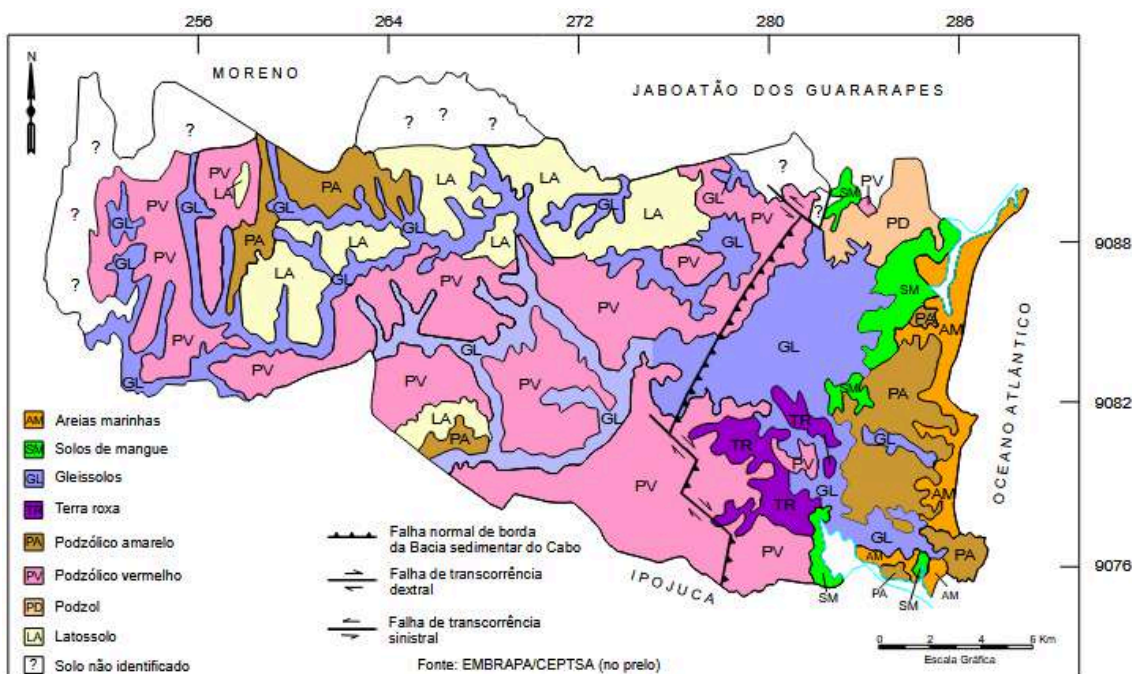
Segundo Assis (1999, pg. 3) e EMBRAPA (1996), perante a Cartografia Geomorfológica do Município do Cabo de Santo Agostinho, a cidade possui solo diversificado, cuja distribuição está diretamente relacionada às características geológicas,

geomorfológicas e ambientais de cada região. Ainda conforme o autor, os principais tipos de solos identificados são:

GL3: associação de gleissolos de textura argilosa e solos aluviais de textura média a argilosa que se desenvolvem em relevo plano e correspondem à maioria das aluviões da Região; SM (solos de mangue): desenvolvidos em áreas de relevo plano com vegetação de mangue e textura argilosa; TR (terra roxa): corresponde aos solos provenientes da alteração de rochas vulcânicas; PV e LA (podzólico vermelho amarelo e latossolo amarelo): ocorrem no relevo ondulado do embasamento cristalino; AM: areias marinhas, associadas com podzol, típicas de relevo plano e vegetação de restinga, correspondentes às áreas dos terraços marinhos holocênicos e pleistocênicos e as areias de praia De Assis (1999, pg. 3).

A área do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, em Suape, Pernambuco, está inserida em um domínio morfoestrutural do tipo rifte, de feição dissecção homogênea com densidade de drenagem média. O autor Assis (1999, pg. 3) destaca que esta feição é caracterizada por relevos ondulados suaves, em forma de colinas com encostas convexas e altitudes variando de 20 metros a 60 metros, raramente alcançando 80 metros, com drenagem predominantemente dendrítica. Esta caracterização ocasiona em solos de tipo gleissolo, podzol e terra roxa (Figura 3).

**Figura 3 - Solos do Cabo de Santo Agostinho.**



Fonte: Assis, 1999.

### 3.1.4 Climatologia

A cidade possui clima tropical, na maioria dos meses do ano existe uma pluviosidade significativa, sendo as chuvas concentradas nos meses de outono e inverno, principalmente entre abril e julho. A média anual de pluviosidade é de 1991 mm. A temperatura média em Cabo de Santo Agostinho é 25.1 °C (PASSOS; SUASSUNA, 2022, pg. 64; CLIMATE). Segundo De Holanda *et al.* (2021, pg. 3) e Medeiros (2016), entre os meses de fevereiro e abril, no outono, a formação dos Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis (VCANs), quando posicionados sobre o Nordeste Brasileiro, especialmente sobre Pernambuco, favorece o aumento da cobertura de nuvens e a ocorrência de chuvas intensas em curtos períodos de tempo, que provocam alagamentos e enchentes provenientes da ausência de infraestrutura local adequada.

Segundo De Holanda *et al.* (2021, pg. 3) e Medeiros (2016), os sistemas atmosféricos, que influenciam a precipitação do município, são os Distúrbios Ondulatórios de Leste e a Brisas Marítimas/ Terrestres, as Ondas de Leste, ventos alísios de sudeste, Zona de Convergência Intertropical. De acordo com Moura *et al* (2020):

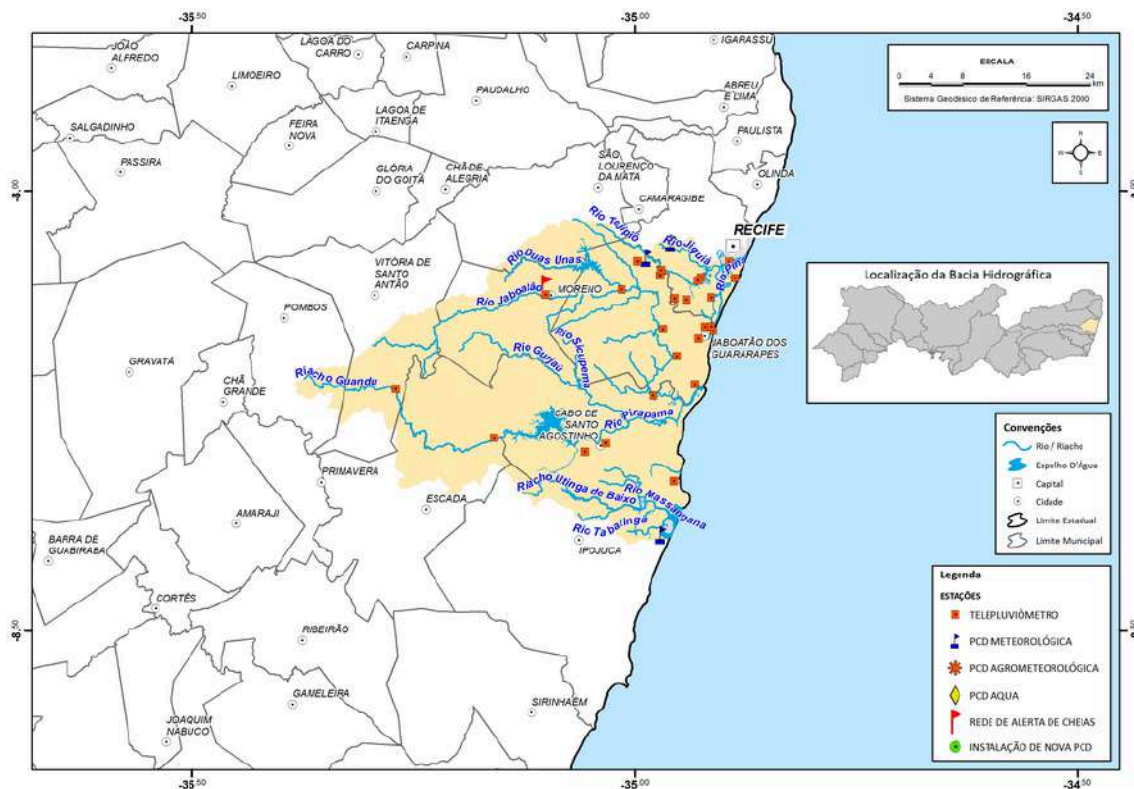
A confluência dos ventos alísios do Hemisfério Norte e os do Hemisfério Sul, que ocasiona movimentos ascendentes do ar com alto teor de vapor d'água e, conseqüentemente, de precipitação, forma a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Ondas de Leste (OL) são conhecidas como Distúrbios Ondulatórios de Lestes, que se formam na área de influência dos ventos alísios e se deslocam de leste para oeste, provocando chuvas, principalmente, na Zona da Mata pernambucana. Os Complexos Convectivos de Mesoescala (CCMS) são aglomerados de nuvens que se formam devido às condições locais favoráveis como temperatura, relevo, pressão, etc., e provocam chuvas fortes e de curta duração, normalmente, acompanhadas de fortes rajadas de vento (Moura *et al.*, 2020, pg. 4).

### 3.1.5 Hidrografia

O Cabo de Santo Agostinho fica inserido na UP 04 da Bacia Metropolitana Sul, que corresponde ao grupo de bacias de pequenos rios litorâneos 2, composta basicamente pelos rios Jaboatão e Pirapama (SANTOS, 2024; APAC, 2022). De acordo com a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho (2022), o município contempla bacias dos rios Jaboatão, Pirapama, Gurjaú, Araribá, Pirapora, Cajabuçu, Jasmim e Arrombados, tendo também em seus cursos hidrográficos os riachos: das Moças, Contra Açude, do Cafofó, Noruega, Santa Amélia, Utinga de Cima, Utinga de Baixo, Algoduais e Arroio Dois Rios. Seus principais açudes são:

Pirapama (60.937.000m<sup>3</sup>), Sicupema (3.200.000m<sup>3</sup>), Represa Gurjaú, Cotovelo e Água Fria, além da Lagoa do Zumbi (Figura 4).

**Figura 4 - Rede hidrográfica do Cabo de Santo Agostinho.**



Fonte: APAC, 2022.

### 3.1.6 Vegetação e Ocupação do Solo

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2016), a vegetação do Cabo de Santo Agostinho é composta por floresta tropical atlântica, manguezais, restingas e plantio de cana de açúcar.

Conforme Natureza Urbana (2022, p. 24), o PMAHC está inserido no Domínio Fitogeográfico da Mata Atlântica, apresentando vegetação classificada como Formação Pioneira, de relação pedologicamente instável, sob influência fluviométrica. Ainda conforme o mesmo autor, a cobertura vegetal é composta por espécies locais, incluindo formações de restinga, manguezal, comunidades aluviais e campos salinos.

### 3.2 Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC)

Conforme Cunha e Lapa (2021, pg. 219), o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) possui uma área de 270 hectares e está localizado ao leste do ponto mais alto do município do Cabo de Santo Agostinho, limitado, ao norte, pela praia de Gaibu e Calhetas e, ao sul, pela praia de Suape, praia do Shiba e praia do Paraíso, com 12 comunidades consolidadas em seu território (Figura 5). O PMAHC trata-se de uma área de extrema relevância geológica e geomorfológica, ligada ao importante marco da separação do supercontinente Gondwana e a formação do Oceano Atlântico Sul (GUIMARÃES *et al.*, 2021, pg 174).

De acordo com Rocha (2017, pg. 67):

O Parque Metropolitano do Cabo de Santo Agostinho tem origem no início dos anos 70 do século passado, quando o Brasil estava em um forte crescimento econômico e áreas com potencial a ser explorados eram alvos das investidas do governo e das empresas, onde foi escolhido um novo complexo portuário dentro de Pernambuco situado no litoral sul a cerca de 40 km, os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, uma área ainda pouco modificada pelo homem, se não pelos engenhos que viraram usinas (Rocha, 2017, pg. 67).

**Figura 5 - Mapa de delimitação do PMAHC e da Vila de Nazaré.**



**Fonte:** Adaptado de Wikimapia, 2011.

O acesso ao PMAHC é feito pelas rodovias BR-101, PE-009 (Via Expressa), PE-60 e PE-28, todas em boas condições de uso. A PE-28, em Gaibu, nomeada Avenida Um ou Rua Joaquim Rodrigues da Cunha, corta o Parque com o nome de “Estrada dos Conventos” que segue até a praia de Suape (NATUREZA URBANA, 2022, pg. 21). Ainda conforme o mesmo autor, o processo patrimonial público das estruturas inseridas no PMAHC foram iniciadas durante o ano de 1961 com o tombamento a nível federal da Igreja Nossa Senhora de Nazaré e das ruínas do Convento das Carmelitas, sendo, nos anos posteriores, administrado, através da união do poder público e privado, para a preservação da área (Quadro 1).

O Parque foi eleito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artística Nacional (IPHAN) como equipamento importante para o município do Cabo de Santo Agostinho, por conta do conjunto de bens tombados e por sua importância arqueológica, histórico-cultural e natural (FERNANDES, 2018, pg. 22). O PMAHC se configura como um importante equipamento ambiental metropolitano, criado com a finalidade assegurar e promover a preservação ecológica, cultural e histórica, bem como garantir o lazer da área, diferenciando-se de outros parques pela escala de inserção e abrangência, servindo como espaço público para habitantes de diferentes cidades próximas (NATUREZA URBANA, 2023, pg. 8).

**Quadro 1 - Histórico do PMAHC perante o Porto de Suape.**

<b>1961</b>	Tombamento a nível federal da Igreja N. Sra. de Nazaré e ruínas do Convento das Carmelitas pelo IPHAN	<b>2006</b>	Criação do Conselho Gestor do PMAHC, como parte do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado pelo Ministério Público de PE em conjunto com FUNCEF, Suape, PMCSa, Condepe/Fidem, Fundarpe e CPRH
<b>1978</b>	Definição do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho pelo plano de preservação de Sítios Históricos da RMR	<b>2011</b>	Inserção do PMAHC na Zona de Preservação Cultural do Plano Diretor - SUAPE 2030
<b>1979</b>	Criação do Parque Metropolitano de Santo Agostinho através do Decreto Estadual nº 5.554/79 (denominado Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti)	<b>2012</b>	Inserção do PMAHC na área proposta pelo Serviço Geológico Nacional - CPRM para um futuro geoparque
<b>1983</b>	Incorporação do PMAHC ao Patrimônio de Suape, categorizado como Zona de Proteção Cultural entre diretrizes e normas de Uso e Ocupação de Solo do CIPS	<b>2016</b>	Assinatura de acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento do Projeto 'Pacto por Suape Sustentável' entre o Governo do Estado de Pernambuco e a Unesco

1989	Aprovação, por Suape, da permissão de uso de bem imóvel a título oneroso pela FUNCEF, com contrapartidas para restauração e preservação dos bens	2022	Estudos de modelagens técnica, econômica e modelo de gestão para parcerias com a iniciativa privada
1993	Tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho através do Decreto Estadual nº 17.070/93		

**Fonte:** Adaptado de Natureza Urbana, 2022.

O uso de território do PMAHC é regido pela legislação do Município Cabo de Santo Agostinho (a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LUOS) e pelo Plano Diretor SUAPE 2030. Ambos tratam o parque como um elemento único, sem aprofundar zonas específicas (NATUREZA URBANA, 2023, pg. 9). É destacado no Plano de Gestão elaborado por Natureza Urbana (2023), que o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), ainda que seja um espaço público de gestão pública e privada compartilhada, pertence à empresa SUAPE.

Como reforçado por Poggi, 2020; apud Natureza Urbana, 2023, pg. 8:

(...) o PMAHC é de SUAPE, que detém o direito de propriedade e de posse de seu território e pode usar, gozar e usufruir do local, tendo direito ao uso privativo para a preservação do qual pode impedir o ingresso e o uso de terceiros na área. Sendo assim, SUAPE pode “cercar o bem, obstar que terceiros adentrem na área ou retirá-los imediatamente após ingressarem na posse” (Poggi, 2020; apud Natureza Urbana, 2023, pg. 8).

Poggi (2020), apud Natureza Urbana, 2023, pg. 8, ainda destaca que:

Ainda que de propriedade de SUAPE, observa-se a existência de outros stakeholders, públicos e privados, que influenciam direta e indiretamente na gestão do PMAHC. Eles foram mapeados por Poggi (2020) e aqui são apenas listados. A clareza da atuação de cada um destes stakeholders é fundamental para o desenvolvimento futuro de parcerias com a iniciativa privada no parque, sendo necessário estabelecer um canal de comunicação direto e claro com eles para que colaborem com a implantação do projeto. São eles: Município do Cabo de Santo Agostinho; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); Exército Brasileiro; Órgãos de Gestão Ambiental; Conselho Gestor do PMAHC; e Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) (Poggi, 2020; apud Natureza Urbana, 2023, pg. 8).

De acordo com Natureza Urbana (2023), embora o PMAHC atualmente seja adaptado à gestão compartilhada que, perante o Decreto Nº 5.554/1979, deveria ter como administração o CONDEPE/FIDEM, órgão que nunca exerceu papel administrativo único, e

sim constituído na gestão do PMAHC como órgão do Conselho Gestor junto à SUAPE, Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, FUNCEF, CPRH, FUNDARPE, e comunidade de ocupantes do parque. O Conselho gestor tem por finalidade administrar o PMAHC, mediante a definição das ações necessárias à recuperação, conservação e manutenção dos prédios públicos, equipamentos e monumentos históricos ali existentes, preservação de suas matas e do meio ambiente definindo as atribuições de cada um dos diversos partícipes (SUAPE, 2025).

### **3.2.1 Vila de Nazaré**

De acordo com Xavier (2020, pg. 28), a Vila de Nazaré era originalmente habitada pelos povos indígenas Caetés, antes do período da chegada dos portugueses às terras brasileiras. Conforme Leoterio e Costa (2023), a Vila de Nazaré surgiu no século XVI, sendo considerada uma das mais antigas do Brasil e do município do Cabo de Santo Agostinho/PE, onde está localizada (Figura 6). Segundo SUAPE (2022), no Livro II do Pacto por Suape Sustentável, a vila é o ponto chave e de acesso dos patrimônios tombados do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (Figura 7), como a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, construída pelos portugueses no século XVI; as ruínas do antigo Convento Carmelita, do século XVII; a Capela Velha, século XVIII; o Forte Castelo do Mar, século XVIII; as ruínas do farol e Casa do Faroleiro, do século XIX (Figura 8).

Segundo o Livro II do Pacto por Suape Sustentável (SUAPE, 2022, pg. 62), a Vila de Nazaré está localizada na subida para a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, e possui acesso pela praia de Gaibu e pela praia de Suape.

**Figura 6 - Mapa de localização dos patrimônios tombados e turísticos do PMAHC.**



Fonte: A autora, 2025.

**Figura 7 - Placa de identificação histórica da Vila de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Figura 8 - Parte das edificações da Vila de Nazaré.



Fonte: A autora, 2025.

### 3.2.2 Feirinha Vale da Lua

A feirinha iniciou no quintal da casa de uma das apoiadoras da Feirinha do Vale da Lua (Figura 9), visto que a iniciativa é coletiva e pioneira, reunindo as mulheres empreendedoras que moram nas áreas do litoral cabense, com a missão de alçar novos voos, o evento empodera o coletivo, com qualidade de vida, através da arte, cultura e lazer (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2022).

**Figura 9 - Placa de identificação da Feirinha Vale da Lua.**



Fonte: A autora, 2025.

### 3.2.3 Complexo Industrial Portuário de Suape

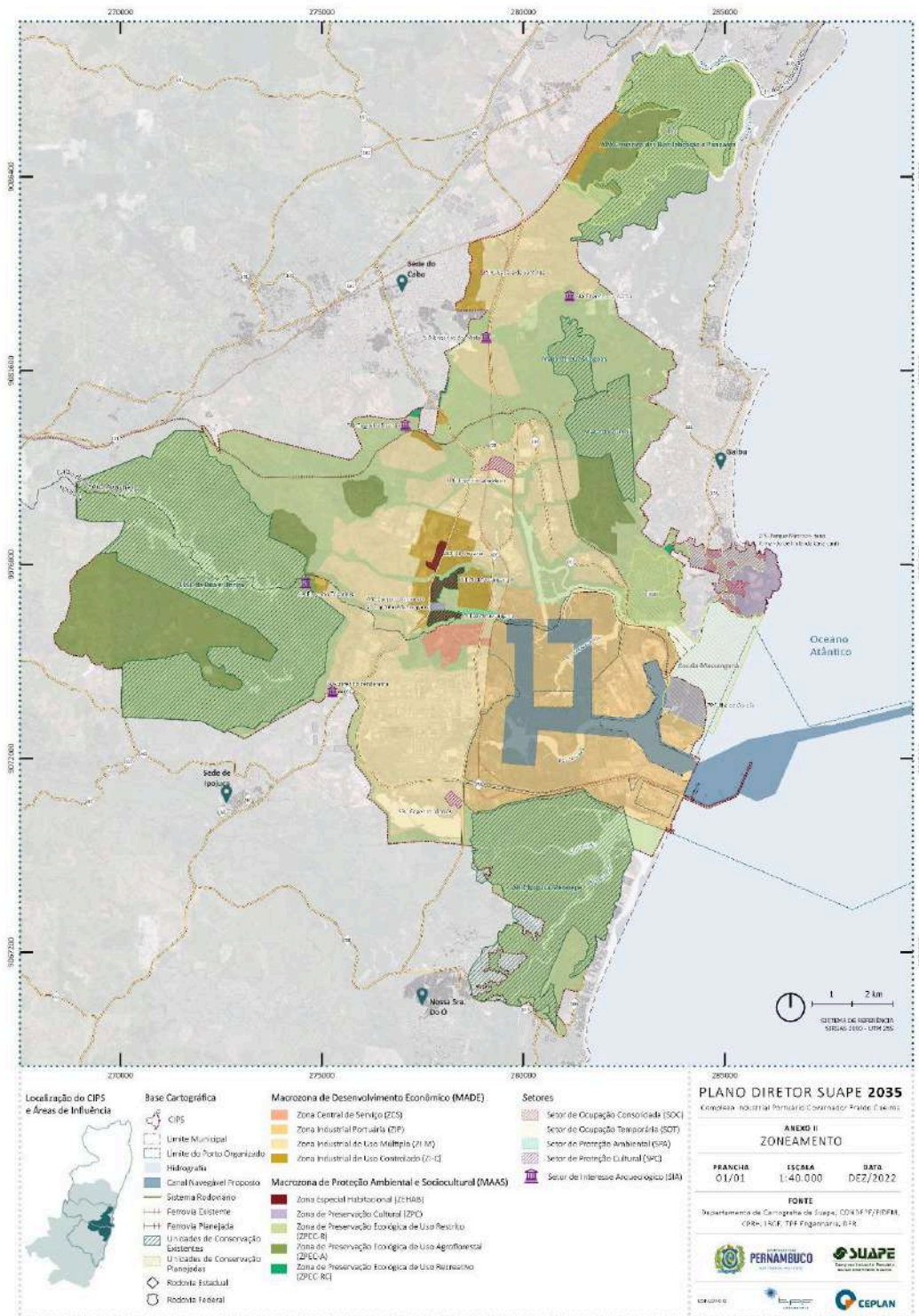
O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), criado por meio da Lei N° 7.763/78 como um “Complexo Industrial Portuário”, está situado na nucleação Sul da Região Metropolitana do Recife (RMR), distante cerca de 40 quilômetros do Recife, com acesso a partir da BR – 101 e da PE – 60, e com 61% de sua área no município do Cabo de Santo Agostinho e 39% em Ipojuca (XAVIER, 2017, pg. 265).

Conforme Nunes (2017, pg. 2), SUAPE surgiu com um conceito moderno de integração porto-indústria, destacado geograficamente pela localização privilegiada de aproximadamente 1.2 quilômetros de cordão de arrecifes, profundidade marítima de 15.5 metros, além da área extensa de terreno para a implantação de um porto e pela distância da movimentação metropolitana do Recife.

A área que o Complexo Portuário de Suape compreende é de 13.500 hectares, distribuída em zonas Portuária, Industrial, Administrativa e Serviços, de Preservação Ecológica e de Preservação Cultural, foi o grande atrativo do estado para promover a instalação de empresas, já que conta com posição estratégica em relação às principais rotas marítimas e conexão com mais de 160 portos distribuídos pelo mundo Suape não só desenvolveu o crescimento em sua área, mas em todos o municípios e comunidades em seu entorno, trazendo uma nova movimentação de negócios para a região (CAVALCANTI; COSTA, 2021, pg. 17807).

De acordo com SUAPE (2022), a estrutura portuária está implantada nas imediações do complexo estuarino formado pelos Rios Massangana e Tatuoca, com área de influência na área estuarina do Rio Ipojuca. Ainda conforme o mesmo autor, o porto externo e no canal, a profundidade média é em torno de 17 metros e os ambientes encontrados nas adjacências compreendem manguezais, praias arenosas, recifes, prados de gramas marinhas, entre outros (Figura 10).

Figura 10 - Zoneamento do Complexo Industrial Portuário de Suape.



Fonte: SUAPE, 2022.

### **3.2.4 Plano de Concessão – Parceria Público-Privada – PPP**

De acordo com o Plano Diretor SUAPE 2035 (SUAPE, 2022), o subsídio de uma concessão privada de trechos do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) é uma forma de consolidação como rota turística do parque para o município do Cabo de Santo Agostinho. Conforme o mesmo autor, o PMAHC é uma grande área com características geomorfológicas e paisagísticas singulares, definida em Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPCULT), que abriga um vasto acervo patrimonial edificado que remonta ao período colonial.

Segundo SUAPE (2022, pg. 59), a ZEPCULT do PMAHC foi concebida com a inclusão de setores destinados ao enfrentamento dos desafios decorrentes do processo de ocupação urbana informal, visto que já foram evidenciadas situações específicas de assentamentos urbanos irregulares na delimitação da zona.

Conforme Natureza Urbana (2022), o PD define uma série de objetivos e funções para a ZEPCULT, respaldadas de maneira geral na promoção da preservação, conservação, restauro e valorização do patrimônio histórico e cultural do município, assim também como define os instrumentos que deverão ser utilizados para que os objetivos possam ser alcançados, permeando diversas esferas de atuação (mobilidade, meio ambiente, uso e ocupação do solo, planos municipais, entre outros).

## **4 MATERIAIS E MÉTODOS**

Apesar de o PMAHC abranger 270 hectares, dos quais 118 correspondem à área de interesse para concessão, a vistoria física foi limitada aos trechos de maior relevância turística (Figura 11).

**Figura 11 - Mapa de vistoria física.**

**Fonte:** A autora, 2025.

De forma introdutória e estrutural, o estudo foi construído a partir do levantamento de referencial teórico, obtidos através do Google Acadêmico e sites relacionados ao tema do estudo, como o do Porto de Suape, o Plano de Concessão disponibilizado pela Natureza Urbana, e pela Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco, Brasil). Em complemento, também houve a coleta de dados com moradores e frequentadores do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), durante a Feirinha Vale da Lua. Para fins de análise técnica, foi realizada vistoria matinal e vespertina de avaliação na área de maior concentração de visitantes e de problemática do estudo, constando as trilhas e os patrimônios tombados da região. Como medida de ampliação da análise das condições de segurança da área, realizou-se uma visita técnica na via principal do local de estudo no período noturno de um sábado.

Os mapas foram elaborados através do Software QGIS 3.40.11, com o auxílio de malhas e vetores disponibilizadas gratuitamente em sites, complementos externos, Google Earth Pro, Google Maps, e do Adobe Photoshop 2025 para enquadramento de localização estrutural.

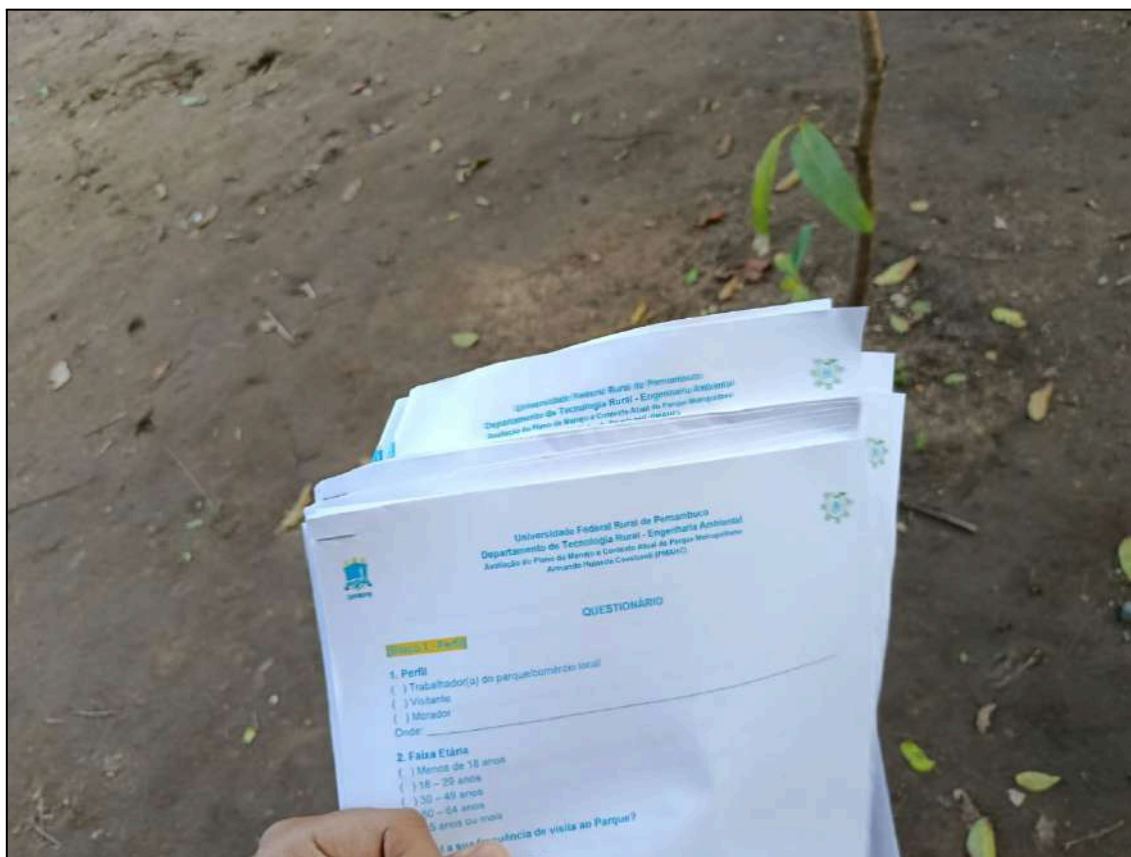
Dessa forma, a primeira etapa dos resultados tem como ponto chave a análise de perspectiva obtida por meio de entrevistas realizadas com moradores e frequentadores do PMAHC durante a Feirinha Vale da Lua, e com análise visual de autoria própria, com base nas questões do questionário aplicado na entrevista. A segunda etapa foi resultado da análise técnica com base teórica dos problemas apresentados no PMAHC, e a terceira etapa concentrou-se no resultado decorrente da análise da proposta do Plano de Concessão a partir das etapas anteriormente examinadas.

#### **4.1 Categorização de Pesquisa**

A pesquisa foi realizada durante o evento Feirinha Vale da Lua, o qual reúne mensalmente diferentes perfis e promove variadas atividades culturais, sociais e econômicas, e, posteriormente, através do Google Forms. Foram contabilizadas 37 pessoas, das quais 20 foram efetivamente entrevistadas e 17 optaram por não participar da pesquisa para a obtenção de resultados das perspectivas não-técnicas referente ao PMAHC.

Para a organização de respostas, o questionário (Apêndice A, Figura 12) foi dividido em 3 (três) blocos. O Bloco 1 compõe o perfil dos entrevistados, com questões de vínculo socioespacial, faixa etária, frequência e motivo de visita. O Bloco 2 acompanha a percepção que possuem do PMAHC, introduzindo questões de importância do Parque Histórico, análise superficial de situação, resíduos sólidos, segurança e a respeito da presença de voz da comunidade local nas decisões sobre o local.

Figura 12 - Questionário aplicado durante a Feirinha Vale da Lua.



Fonte: A autora, 2025.

Por fim, o Bloco 3, cujo compõe questões de conhecimento sobre o Plano de Concessão tramitado pelo Porto de Suape para a área do PMAHC. Foram levantadas informações a respeito do conhecimento do plano, dos benefícios e das preocupações que os perfis entrevistados acreditam que o Plano de Concessão possa oferecer ao Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.

Para complementação da análise, foram realizadas duas visitas técnicas diurnas às trilhas e patrimônios do local de estudo, com observação direta dos aspectos abordados no questionário. Além disso, houve uma análise *in loco*, em período noturno, na Vila de Nazaré, com foco na avaliação das condições de iluminação, circulação de pessoas e aspectos de segurança.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Análise de Perspectiva do PMAHC

#### 5.1.1 Perfil e Perspectiva dos Entrevistados

Inicialmente, houve o levantamento do perfil dos indivíduos entrevistados, de modo a caracterizar sua faixa etária (Quadro 2). Foi observado predominância de um público jovem, concentrado majoritariamente no intervalo de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos.

**Quadro 2 - Faixa etária dos perfis entrevistados.**

Intervalo (anos)	Quantidade (unid.)	Percentual (%)
< 18	1	5
18 – 29	9	45
30 – 49	5	25
50 – 64	3	15
≥ 65	2	10

**Fonte:** A autora, 2025.

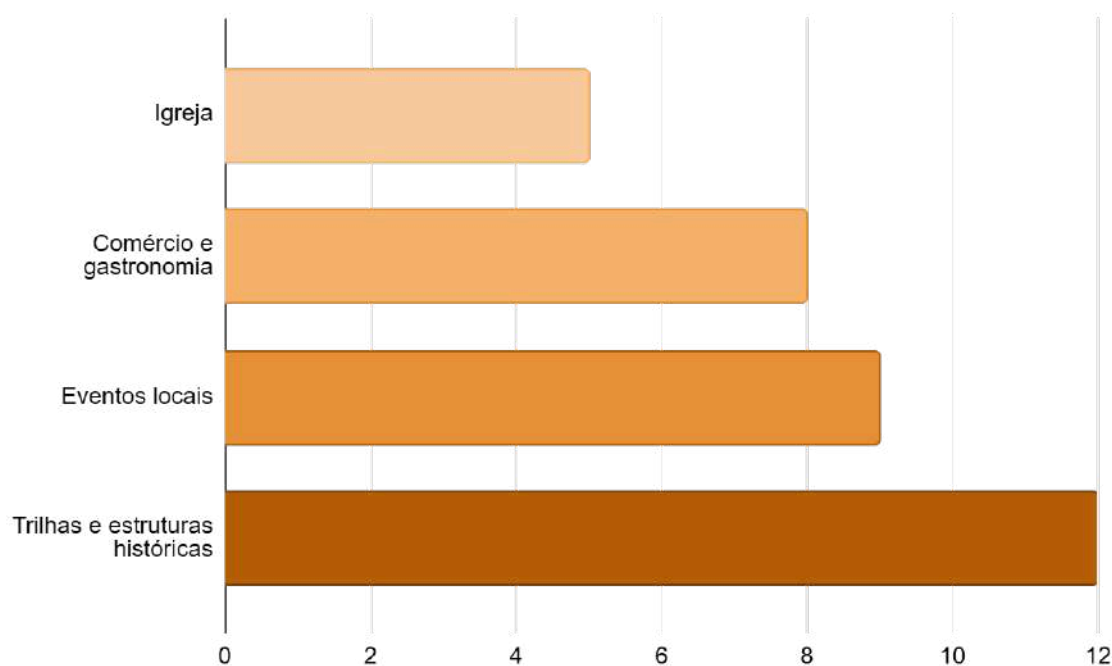
Seguindo a pesquisa, dentre os 20 entrevistados, apenas 1 (um) reside em outro estado, sendo ele o Ceará. Os demais 90% fazem parte da Região Metropolitana do Recife, com predominância de concentração de moradores do Município do Cabo de Santo Agostinho.

No vínculo socioespacial (Quadro 3), no qual foi determinada a relação de cada entrevistado com o PMAHC, foram contabilizados, em sua maioria, trabalhadores eventuais e do comércio local, assim como visitantes (Gráfico 1).

**Quadro 3 - Vínculo socioespacial dos entrevistados com o PMAHC.**

Vínculo Socioespacial	Quantidade (unid.)	Percentual (%)
Morador(a)	5	25
Trabalhador(a)	10	50
Visitante	9	45

Fonte: A autora, 2025.

**Gráfico 1 - Finalidade de frequência ao PMAHC.**

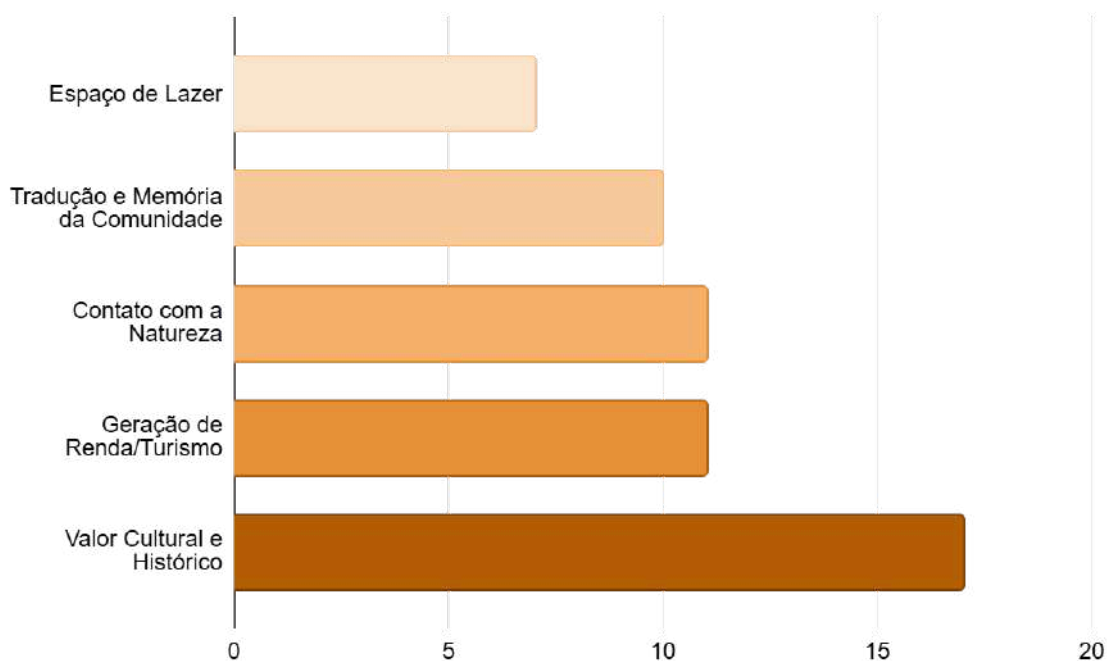
Fonte: A autora, 2025.

A predominância de usuários relacionados economicamente e turisticamente com a região evidencia a necessidade de incentivos voltados ao fortalecimento do desenvolvimento turístico e financeiro local, visto que o PMAHC possui grande potencialidade no segmento do turismo cultural, assim como é discutido na proposta do Plano de Concessão.

Para a percepção de importância do Parque Histórico foram abordados 5 (cinco) principais fatores, nos quais 90% dos entrevistados consideram que o PMAHC possui como principal importância o Valor Cultural e Histórico, retratado através dos patrimônios tombados e turísticos da região. Embora os patrimônios materiais sejam protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Porto de Suape, as

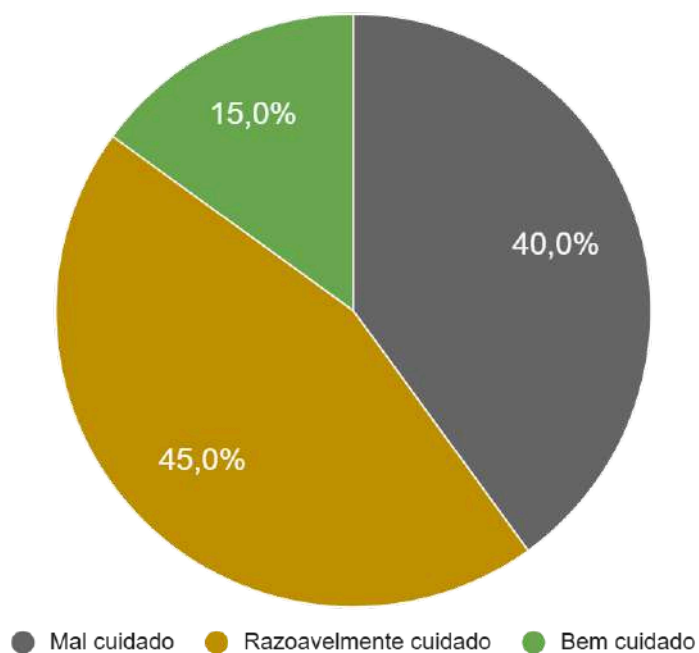
ruínas se encontram com marcas de depredação, como pichações e riscos. Exceto as ruínas do quartel, todos os patrimônios se encontram sem limitação de acesso e sem monitoramento constante. E, apesar das ruínas em específico estarem com acesso limitado, a estrutura também se encontra com marcas de vandalismo (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Importância do PMAHC.**



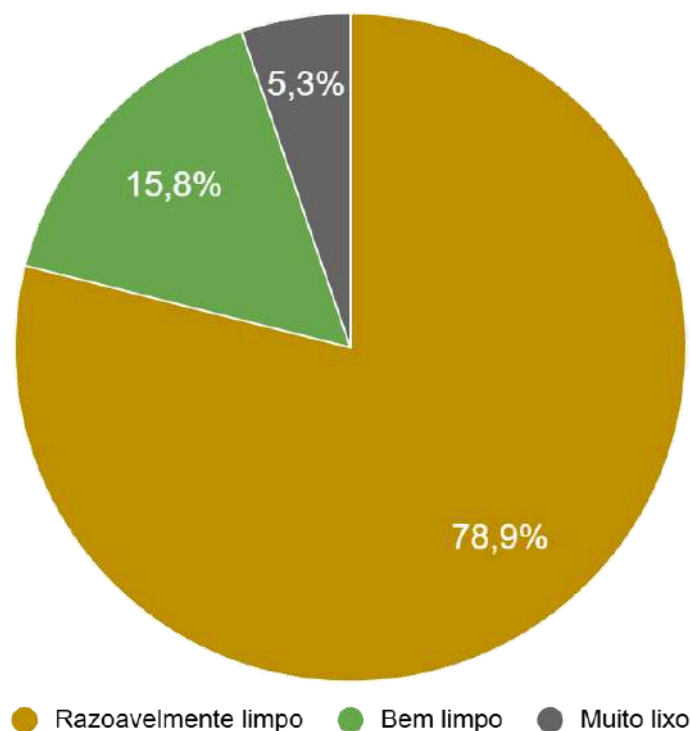
**Fonte:** A autora, 2025.

Sobre a percepção de condição atual do PMAHC (Gráfico 3), os entrevistados, em sua maioria, acreditam que a região está razoavelmente cuidada, considerando aspectos de deterioração socioambiental e de segurança. Foram apontadas diversas concepções de melhoria para o Parque, incluindo a implementação de uma rotina regular de retirada do lixo, manutenção estrutural e de acessibilidade, segurança, apoio da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho para a ascensão do turismo local, e a intensificação das ações de educação e conservação ambiental da região.

**Gráfico 3 - Condição atual do PMAHC.**

**Fonte:** A autora, 2025.

Em relação aos resíduos sólidos, considerando seu acondicionamento adequado, dispersão na vegetação e o estado de conservação das lixeiras, os entrevistados classificaram a situação do parque como razoavelmente limpo (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Disposição dos resíduos sólidos na área do PMAHC.**

**Fonte:** A autora, 2025.

Com base na experiência em campo, foram observados diferentes tipos de resíduos sólidos dispostos inadequadamente nos arredores das trilhas, majoritariamente Classe II A e Classe II B, como embalagens plásticas e latas de bebidas. Houve, adicionalmente, o relato de uma moradora acerca da disposição inadequada de galhos secos de poda nas calçadas, o que compromete a acessibilidade local.

De acordo com a ABNT NBR 10004:2024, os resíduos sólidos classificados como Classe II A são definidos como não inertes, apresentando propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água. Já os resíduos classificados como Classe II B são considerados inertes, nos quais não apresentam as mesmas propriedades e são de difícil decomposição.

Um outro fator importante, é que o PMAHC dispõe de lixeiras de coleta seletiva distribuídas em quantidade e distâncias adequadas, porém, todas apresentam condições inadequadas de conservação. De forma geral, pela dimensão territorial do PMAHC e pela distância e quantidade dos resíduos dispostos incorretamente encontrados, considera-se que o ambiente está razoavelmente limpo. Todavia, é de grande importância que haja programas de

educação ambiental, manutenção constante das lixeiras, limpeza e coleta regular, para mitigação de potenciais inconformidades, visto que o PMAHC representa o ponto mais alto do município, o que favorece a dispersão de resíduos pela ação dos ventos para o mar e vegetação presentes, respectivamente, no entorno e dentro dos limites do parque.

Quanto à segurança, não houve tanta discrepância entre a concepção positiva e parcial do parque. Em horas de análise, foi observado apenas um carro de segurança do Porto de Suape em alta velocidade, em direção à trilha das ruínas do Quartel Velho. Ademais, não foram observados seguranças e meios de segurança durante o percurso analisado.

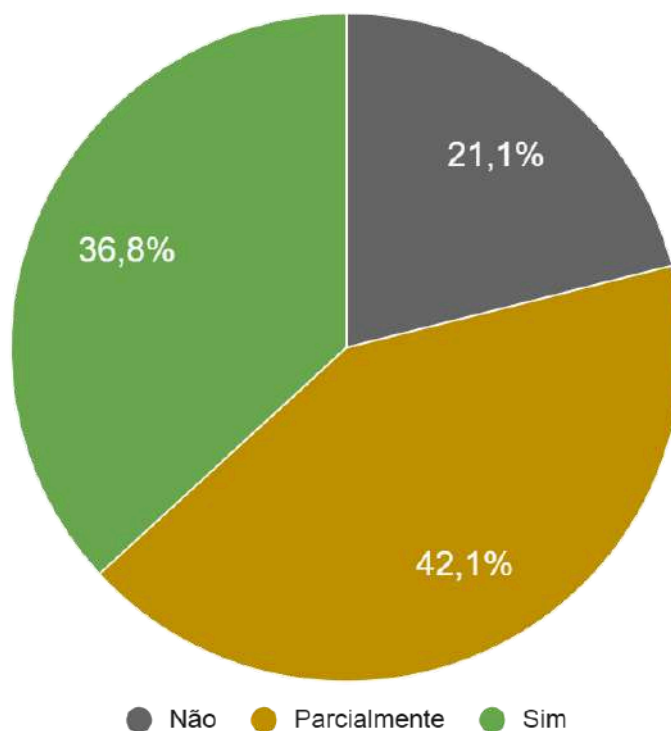
Durante a noite, a Igreja Nossa Senhora de Nazaré realiza celebrações religiosas, promovendo uma alta circulação de visitantes. Também foram observados moradores convivendo em frente às casas, além de, simultaneamente, bares em atividade na Rua do Sol, acesso principal da Vila de Nazaré, complementando a dinâmica noturna da região. Em relação à iluminação noturna (Figura 13), foram identificados alguns postes com luminária em LED distribuídos em adequada quantidade, predominantemente na área de maior concentração habitacional.

**Figura 13 - Registro fotográfico noturno de parte da área de estudo.**



**Fonte:** A autora, 2025.

O PMAHC possui circulação irrestrita de visitantes, sem limitação de acesso para pedestres. O acesso de veículos é limitado parcialmente por sinalizações e barreiras físicas em pontos específicos, como o acesso ao Forte Castelo do Mar e à Bica do Ferrugem. Foram observados veículos estacionados no Mirante da Velha. Quanto aos arredores das demais estruturas, a restrição é dada através da situação natural de acesso, visto que todas as áreas abertas possuem sulcos estreitos e alongados no terreno (Gráfico 5).

**Gráfico 5 - Percepção de segurança no PMAHC.**

**Fonte:** A autora, 2025.

Finalizando o Bloco 2, foi questionado a respeito da percepção de existência de voz da comunidade local, representada pelos moradores da Vila de Nazaré, sobre as decisões do Parque Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC). É importante salientar que as decisões relevantes, como a implementação de um Plano de Concessão (PPP) do PMAHC, são definidas conjuntamente com a comunidade em forma de audiência pública.

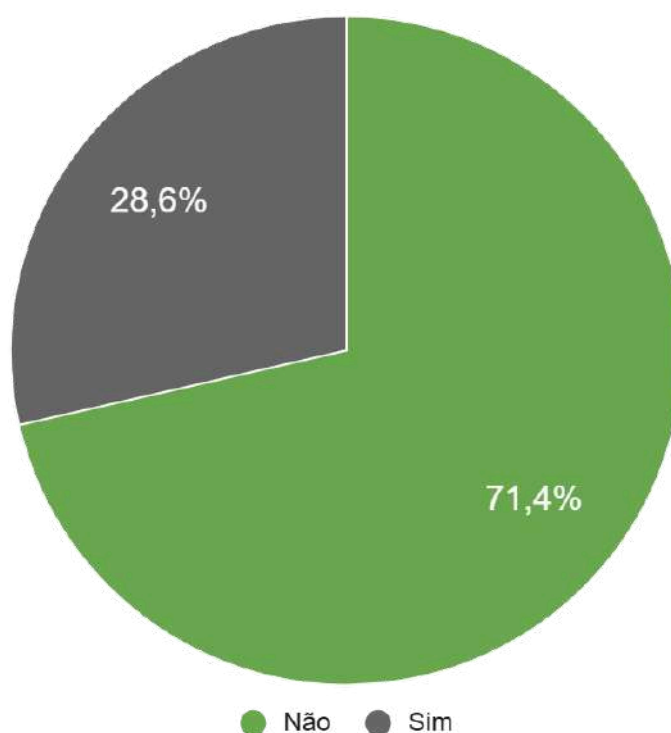
No ano de 2023 foi realizada uma audiência pública em relação à concessão do parque, na qual, por meio do voto, não obteve aprovação da comunidade. Em contrapartida, um morador em especial argumentou sobre não haver acolhimento participativo, que os moradores foram selecionados criteriosamente pelo presidente da Associação dos Moradores da Vila de Nazaré para participar da audiência pública, o que resultou na exclusão de alguns moradores.

Além disso, não ocorreu repasse posterior de informação a respeito do Plano de Concessão, tendo em vista que não há reuniões frequentes dos membros associados. Portanto, na ausência de ampliação do conhecimento interno referente ao PPP, a capacidade de compreensão externa se mostra praticamente nula, como comprovado na primeira questão do

Bloco 3, sobre o conhecimento do plano de concessão e manejo apresentado pelo Complexo Industrial Portuário de Suape para o PMAHC.

Dentre os 6 (seis) indivíduos que responderam positivamente, 1 (um) é morador, 1 (um) é comerciante-morador, 1 (um) é comerciante-visitante e 2 (dois) são apenas visitantes. Por esta razão, a ausência de compreensão do Plano de Concessão por parte da maioria dos entrevistados ocasionou na redução das respostas seguintes. Entretanto, embora alguns entrevistados não apresentassem conhecimento prévio a respeito, prosseguiram com o questionário após uma breve exposição do conteúdo da proposta PPP (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Conhecimento sobre o Plano de Concessão.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Dos 9 (nove) indivíduos que responderam, apenas 4 (quatro) acreditam que o projeto possui potencial para trazer benefícios ao PMAHC. Sendo estes benefícios de restauração e conservação das estruturas históricas, geração de renda, potencialização do turismo, melhoria de acessibilidade, ampliação de serviços e manutenção padronizada.

Quanto aos aspectos negativos, das 10 (dez) respostas obtidas, foram destacadas a possibilidade de perda da identidade cultural da Vila de Nazaré, exclusão da comunidade

local e redução do acesso da população. Também houve opiniões destrinchadas sobre a possibilidade da concessão do parque promover a desnaturalização do natural, como aconteceu nos manguezais, considerados Área de Preservação Permanente – APP, por responsabilidade do Complexo Industrial Portuário de Suape.

É importante destacar que o Plano de Concessão do PMAHC configura uma parceria público-privada voltada à valorização e à gestão integrada dos aspectos ambientais, culturais, econômicos, sociais e históricos da área delimitada. Em contraste, o Porto de Suape foi implantado com finalidade exclusivamente econômica, orientado pelo desenvolvimento regional e pela estratégia de localização logística. Assim, embora ambos os temas estejam inseridos na autoria do Complexo Industrial Portuário de Suape, seus propósitos de gestão são distintos. Portanto, não é metodologicamente adequada uma comparação técnica entre esses dois elementos para fins de conclusão da análise da proposta do Plano de Concessão elaborado para o PMAHC.

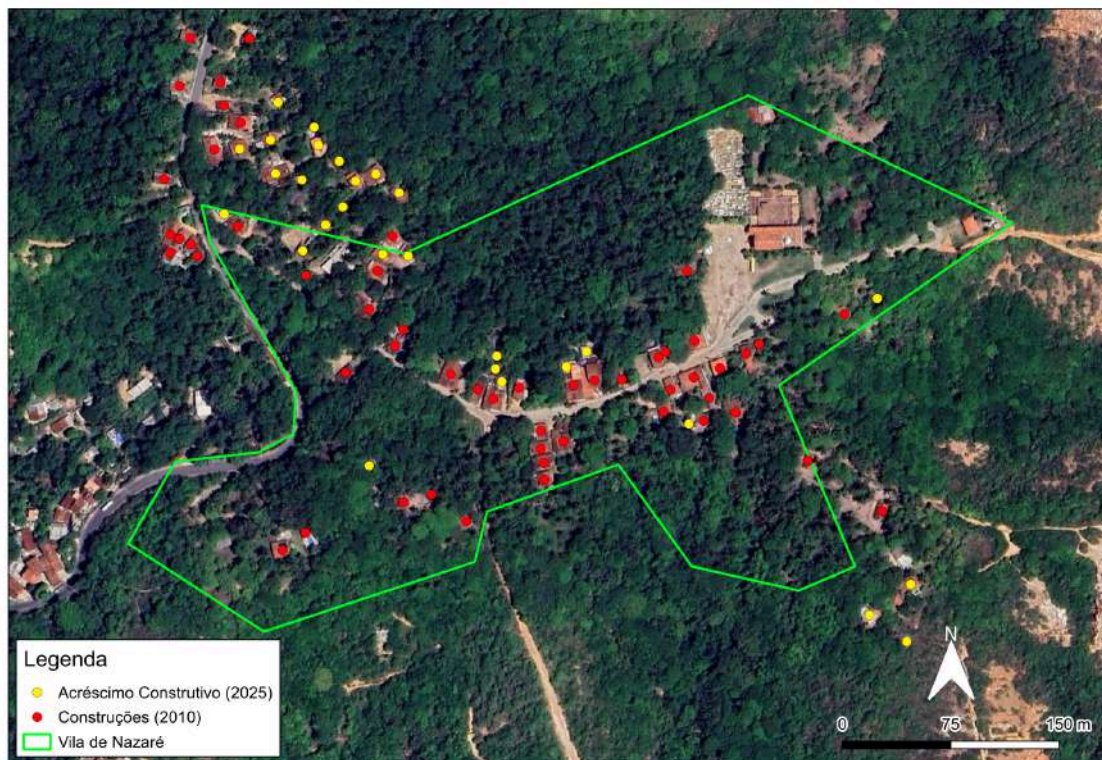
Outro ponto a ser considerado é que, perante a afirmativa da comunidade sobre a necessidade de autorização prévia do Complexo Industrial Portuário de Suape para qualquer alteração em suas residências, como uma posse condicionada, é evidenciado pelo Plano Diretor SUAPE 2030 que o patrimônio imobiliário, cujo constitui todos os imóveis da delimitação de poder da estatal, é objeto de processos de regularização fundiária junto aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com objetivo de verificar, regularizar e promover o domínio e controle apropriado acerca das terras pertencentes a SUAPE. Ademais, é relevante destacar que essas possuem influência de órgãos federais, estaduais e municipais, visto que é de gestão conjunta e de fatores históricos, culturais e ambientais, como observado na composição do Conselho Gestor do PMAHC.

Durante conversa com um dos moradores, foi relatado que, embora exista restrição construtiva na área do PMAHC, ao longo de alguns anos ocorreram ampliações internas na parte posterior das casas situadas na Rua do Sol, acesso principal da Vila de Nazaré. Para fins de constatação, foi realizada uma análise por meio de imagens de satélite, na qual foram identificados alguns acréscimos construtivos (Figura 14).

É importante salientar que grande parte do território do PMAHC apresenta cobertura vegetal densa, o que pode influenciar no grau de precisão da observação por imagem de satélite. Visto isso, o mapa foi elaborado com análise visual através do *software* Google Earth

Pro e não por dados censitários definidos, o que se baseia numa confiabilidade apenas visual dos acréscimos construtivos de um intervalo de tempo de 10 (dez) anos.

**Figura 14 - Acréscimo construtivo na área da Vila de Nazaré entre 2010 a 2025.**



**Fonte:** A autora, 2025.

É relevante considerar que a não aceitação da proposta de gestão PPP na área do PMAHC pode estar associada à percepção, por parte dos moradores, de reforço do controle da ocupação do solo já aplicado na região. A percepção decorre da realidade de que muitos moradores não teriam a possibilidade de ampliar seus terrenos para novas construções ou para a adição de novos moradores, como familiares.

Contudo, é destacado no Plano Diretor SUAPE 2030 a não permissão de uso habitacional em todo o seu território, com exceção do Setor Habitacional de Interesse Social (SEHIS) e a Vila de Nazaré, na qual já possui edificações advindas de períodos históricos. É nesta exceção que é aplicado o processo de regularização fundiária para a consolidação do direito de permanência de moradores e reassentamento de compatibilidade de uso e atividade. Assim, o PMAHC, enquanto parque metropolitano, tem como objetivo ser um espaço protegido ambientalmente da ocupação urbana, devendo ser equipado para atividades de lazer, contemplação e esportes, atendendo às funções públicas de interesse comum,

favorecendo ao desenvolvimento físico e intelectual das pessoas, tendo uma gestão administrativa e financeira diferenciada (Natureza Urbana, 2022, pg. 51).

Portanto, não é a implantação de um Plano de Concessão que restringe a ocupação e uso do solo pelos moradores locais, mas sim o próprio Decreto Estadual nº 5.554/79, de criação do PMAHC, e o marco legal estabelecido no Plano Diretor SUAPE 2030 para controle e preservação de áreas especiais culturais, históricas e ambientais do PMAHC.

## 5.2 Análise Técnica do PMAHC

### 5.2.1 Passivos Ambientais

#### 5.2.1.1 Processos Erosivos e Redução da Cobertura Vegetal

De acordo com a Modelagem Técnica do Plano de Concessão apresentado por Natureza Urbana (2023, pg. 27), foram identificados como principais passivos ambientais do PMAHC a erosão e a degradação da vegetação nativa, intrinsecamente conectados, visto que as erosões foram causadas por intemperismo no solo exposto. No total, a maior parte das áreas com fragilidade do parque são classificadas como moderadas, com cerca de 178 hectares (Quadro 4).

**Quadro 4 - Classificação de áreas de fragilidade do PMAHC.**

Classes	Área (ha)	Área (%)
Sem informação	18,50	7
Baixa	37,28	14,11
Moderada	178,08	67,39
Alta	30,38	11,50
Total	264,24	100

**Fonte:** Adaptado de Natureza Urbana, 2022, e Con&sea, 2021.

Foram realizados três trajetos distintos durante a análise *in loco*, com objetivo de estudo o percurso até cada patrimônio histórico-cultural e turístico da região, nos quais foram

identificadas degradações ambientais caracterizadas por alterações na cobertura vegetal e processos erosivos (Figura 15).

**Figura 15 - Comparativo do nível erosivo de uma parte da trilha.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Cabe ressaltar que, conforme entendido pela literatura clássica, a redução da cobertura vegetal tende a potencializar os processos erosivos. No entanto, no caso do PMAHC, há a preservação vegetal em termos legais, as quais, inclusive, são sinalizadas por placas distribuídas ao longo da área do parque. Diante disso, não foi identificado, através de imagens de satélite, diferenças significativas, em termos comparativos, das condições da cobertura vegetal entre 2015 e atualmente (Figura 16). Como a cobertura vegetal não apresentou aumento significativo, entende-se que a potencialização dos processos erosivos (Figura 17) apresentados são advindos da compactação e desagregação do solo pela circulação livre de veículos e pela drenagem natural do solo modificada decorrentes de ações antrópicas e naturais.

Figura 16 - Comparativo em intervalo de 10 anos da cobertura vegetal e processos erosivos.



Fonte: Adaptado de Google Earth Pro, 2025.

**Figura 17 - Processos erosivos encontrados no parque.**



**Fonte:** A autora, 2025.

### **5.2.1.2 Disposição Inadequada de Resíduos Sólidos**

Outro passivo ambiental significativo identificado durante as visitas envolve a disposição incorreta de resíduos sólidos. Foram observados resíduos, de predominância de classe II, como garrafas pet, sacolas plásticas, latas de bebida, e outros, retidos em arbustos e árvores, e, principalmente, dispersos ao longo das trilhas (Figura 18).

**Figura 18 - Resíduos sólidos observados.**

**Fonte:** A autora, 2025.

Outro elemento a ser destacado, é que as lixeiras foram encontradas, em sua maioria, em condições precárias, apresentando deterioração que prejudicava sua função e permitia que fossem confundidas com o próprio resíduo acumulado ao redor. Destacando que, todas as lixeiras encontradas na área de estudo, eram da coleta seletiva, o que, conseqüentemente, levanta a hipótese de que as lixeiras foram inseridas sem fundamentação na área do PMAHC para cumprimento de exigência legal ou pública, não de um objetivo almejado de conservação de meio ambiente e fortalecimento da educação ambiental da região (Figura 19).

**Figura 19 - Lixeiras existentes na área do PMAHC.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Embora o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti esteja em um território de gestão pública-privada, com autonomia administrativa e financeira, a coleta de resíduos sólidos é de obrigação municipal, como determinado na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Conforme a Lei nº 12.305/2010:

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Em complemento, a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, dispõe que os serviços públicos de saneamento básico devem possuir o princípio de universalização do acesso e efetiva prestação do serviço. Portanto, compete ao órgão público, nesse caso, municipal, que, quando possível, atue na ampliação plena do acesso de saneamento em todo o território municipal, o que inclui a abordagem de um planejamento de eixos de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem.

Ademais, é abordado na modelagem técnica da proposta de concessão, que um dos grandes desafios trata-se da precariedade de infraestrutura básica de saneamento da região, como observado durante as análises *in loco*. A gestão ideal do PMAHC tem início a partir da prioridade de inclusão da área nos sistemas públicos municipais de saneamento para sanar as problemáticas básicas existentes.

### **5.2.1.3 Contaminação do Solo e da Água**

Segundo Natureza Urbana (2023), mediante a um estudo técnico realizado, foi constatada a existência de seis cursos d'água de pequeno porte, de primeira ou segunda ordem, que formam uma micro drenagem com regime de fluxo intermitente, cujo não puderam ser identificados visualmente através de imagens de satélite.

Durante a análise *in loco*, foram observados apenas duas massas d'águas. A Bica do Ferrugem, considerada um patrimônio natural do PMAHC, assim como um pequeno curso d'água no Sítio da Barra, área de ocupação da Antiga Casa de Farinha (Figura 20). Não foram identificadas outras formas de uso desses corpos d'águas além do recreativo, e não foram encontradas informações disponíveis sobre sua qualidade. Portanto, é fundamental que, como inclusão na gestão do PMAHC, haja um levantamento detalhado das condições físico-químicas e bacteriológicas de todos os corpos d'águas inseridas na área.

**Figura 20 - Curso d'Água nos arredores de uma área de ocupação antrópica.**



Fonte: A autora, 2025.

## **5.2.2 Diagnóstico Situacional dos Patrimônios Históricos e Culturais**

### **5.2.2.1 Igreja de Nossa Senhora de Nazaré**

Conforme o Livro II do Pacto por Suape Sustentável (SUAPE, 2022, pg. 38), a Igreja teve indícios de existência datada no século XVI, em torno do ano de 1597, pelo piloto português Mateus Jorge, que mencionou, no Derrotero, que, no alto do Cabo de Santo Agostinho, existia uma estrutura branca. Ainda conforme o Livro, em 1623, um piloto cosmógrafo reforçou a existência de uma igrejainha toda branca no ponto mais alto da cidade, sendo ela, a Igreja Nossa Senhora de Nazaré (Figura 21).

**Figura 21 - Ponto alto observado da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Durante a pesquisa de perspectiva individual, foi relatado em um diálogo que, em exclusão dos moradores locais da vila, a Igreja Nossa Senhora de Nazaré constitui um espaço religioso frequentado majoritariamente por indivíduos de médio e elevado padrão socioeconômico do município do Cabo de Santo Agostinho. O relato foi corroborado durante a visita técnica noturna, por meio de análise observacional do perfil dos frequentadores.

É de se destacar, ainda, a área externa à Igreja, que, quando não em horário de funcionamento religioso, é local de eventos mensais. Em períodos anteriores, a Feirinha Vale da Lua ocorria na área frontal à igreja, porém, foi realocada para não interferir nas celebrações religiosas. Ademais, eventos musicais são periodicamente promovidos nesse espaço (Figura 22).

**Figura 22 - Área externa à Igreja Nossa Senhora de Nazaré e ao Cemitério de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

A Vila de Nazaré contempla um núcleo histórico-religioso significativo, reforçado com o tempo de funcionamento da Igreja e da comunidade. O destrinchamento de possibilidades de atividade no PMAHC contribui ainda mais para o turismo sociocultural de diferentes perfis de indivíduos.

Em comparação aos demais patrimônios, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré é a mais preservada em relação à disposição inadequada de resíduos sólidos e à depreção das estruturas. Não foram observadas quaisquer marcas de provocadas por agentes antrópicos e a manutenção é considerada regular.

### 5.2.2.2 Ruínas do Convento Carmelita

De acordo com o Livro II do Pacto por Suape Sustentável, as ruínas do Convento Carmelita e a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré é um conjunto que integra o Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, protegidos estadualmente como patrimônio histórico tombado.

Assim como a Igreja, as ruínas do Convento são os patrimônios mais resguardados na área do PMAHC, visto que não há marcas de depredação antrópica. As estruturas são complementares e o maior ponto de interesse cultural e histórico da Vila de Nazaré. Não foram observadas disposições inadequadas de resíduos sólidos, nem qualquer marca de abandono. O local recebe visitação constante de turistas e de participantes das celebrações religiosas diurnas, pertencentes a distintos níveis socioeconômicos (Figura 23).

**Figura 23 - Ruínas do Convento Carmelita.**



**Fonte:** Reimão, 2015.

### 5.2.2.3 Cemitério Vila de Nazaré

O cemitério é localizado ao lado das ruínas do Convento Carmelita e da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, compondo o conjunto tripartite das estruturas históricas que integram o PMAHC. A construção do cemitério se deu um pouco antes da reforma da Igreja de Nossa

Senhora de Nazaré, em meados de 1871, e recebe manutenção até hoje, principalmente em proximidade ao Dia dos Finados.

No cemitério não há peças de interesse estético. A Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, nos anos 2000, reabriu o cemitério a novos enterramentos e realizou a construção de um ossuário cuja altura ultrapassa a do muro do Convento de Nazaré, o que descaracteriza o monumento federal bem. O mesmo ocorre com as permissões dadas para as reformas nas catacumbas, sendo edificadas túmulos com altura bem superior à da parede do Convento interferindo negativamente na leitura do espaço conventual (SUAPE, Livro II, 2022, pg. 60).

#### 5.2.2.4 Farol de Nazaré

O Farol de Nazaré (Figura 24) fica localizado no final da Rua do Sol, principal acesso à Vila de Nazaré. A construção se deu como uma substituição ao Antigo Farol, antigamente localizado às margens da Casa do Faroleiro (Figura 25).

**Figura 24 - Farol de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

**Figura 25 - Acesso ao Farol de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Apesar de atualmente ser considerado parte da história e atrativo turístico de Suape, o Farol é supervisionado pela Marinha do Brasil e não possui acesso livre à visitantes. O acesso lateral à estrutura interliga ao Mirante Vila Velha (Figura 26), onde foram observados resíduos dispostos inadequadamente durante a trilha, além da presença de vegetação sem manutenção regular. Foram observadas sinalizações em condições inadequadas, e a trilha está tomada por processos erosivos potencializados pela circulação permissiva de veículos (Figura 27).

**Figura 26 - Acesso lateral do Novo Forte de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

**Figura 27 - Situação de acesso ao redor do Farol de Nazaré.**



**Fonte:** A autora, 2025.

#### **5.2.2.5 Mirante Vila Velha / Mirante Buraco da Sogra**

O Mirante Vila Velha é um dos pontos mais elevados e com a vista mais panorâmica do PMAHC (Figura 28), apresentando cotas que variam entre 50 e 56 metros. Apesar de sua relevância como um dos principais atrativos turísticos do parque, o local encontra-se entre os mais negligenciados em termos de manutenção e controle de acesso.

**Figura 28 - Parte da Vista do Mirante Vila Velha.**

**Fonte:** A autora, 2025.

Durante as visitas aos pontos turísticos do PMAHC, foi constatado o livre acesso de veículos na área do Mirante Vila Velha. Observou-se a presença de dois automóveis estacionados nas proximidades do Relógio do Sol, ponto central do mirante. Ao longo do período destinado à análise da vista panorâmica, um dos veículos deixou o local, enquanto o outro permaneceu estacionado, sem a presença de seus ocupantes, o que sugere a possível existência de alguma trilha não oficializada ou de baixa visibilidade que conduza a outras áreas pouco conhecidas do PMAHC. Não foram observadas equipes de segurança nem estruturas adequadas para o acondicionamento de resíduos sólidos.

Durante as visitas aos pontos turísticos do PMAHC, foi constatado o livre acesso de veículos na área do Mirante Vila Velha. Foi observado cerca de dois veículos estacionados próximos ao Relógio do Sol, ponto central do mirante (Figura 29). Ao longo do tempo destinado à análise da vista panorâmica e da situação pedológica e de vegetação, um dos veículos deixou o local, enquanto o outro permaneceu estacionado, sem a presença de ocupantes. Foi considerada a possível existência de alguma trilha não oficializada ou de baixa visibilidade.

**Figura 29 - Retrato situacional do Mirante Vila Velha.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Também não foram observadas qualquer tipo de segurança nem estruturas adequadas para o acondicionamento de resíduos sólidos. Como nos demais pontos de visitação, as lixeiras foram encontradas desgastadas e os lixos dispostos no chão.

O Mirante Vila Velha é um dos pontos com alta predominância de erosão (Figura 30), um dos principais passivos ambientais da região. Com o acesso livre de veículos, este passivo tende a ser potencializado, correndo risco de grandes movimentos de terra, pela já existência de ravinas e voçorocas na área (Figura 31).

**Figura 30 - Erosão observada na área do Mirante Vila Velha.**



Fonte: A autora, 2025.

**Figura 31 - Processos erosivos no entorno do Mirante Vila Velha.**



Fonte: A autora, 2025.

### 5.2.2.6 Casa do Faroleiro (Ruínas)

As ruínas da Casa do Faroleiro (Figura 32) correspondem ao antigo local do Farol Velho, atualmente inexistente. O acesso ocorre por meio de uma trilha inconstante e com sinalização insuficiente. Durante a visita técnica, foram identificados trechos com bifurcações, o que dificultou a orientação e exigiu o retorno a pontos já percorridos para correção do trajeto. Também foi observado, que a trilha de acesso às ruínas da Casa do Faroleiro está entre as mais comprometidas por processos erosivos (Figura 33). Apesar desse cenário, não há qualquer tipo de estrutura de apoio ou recurso de acessibilidade ao longo do percurso.

Figura 32 - Trilha de acesso à Casa do Faroleiro.



Fonte: A autora, 2025.

**Figura 33 - Marcas de vandalismo nas ruínas da Casa do Faroleiro.**



**Fonte:** A autora, 2025.

No ponto de bifurcação principal, há um mirante com vista principal para o sul, onde foi identificada uma motocicleta estacionada sem qualquer indivíduo nas proximidades (Figura 34). A situação de acesso às ruínas inviabiliza a passagem de veículos por possuir características de percurso estreito, com desníveis acentuados, presença de vegetação arbustiva e trechos significativamente afetados por processos erosivos.

**Figura 34 - Mirante próximo às ruínas da Casa do Faroleiro.**



**Fonte:** A autora, 2025.

### **5.2.2.7 Capela Velha**

Em direção à Vila de Nazaré, com acesso pela Rua do Sol, as ruínas da Capela Velha abrem o inventário de estruturas históricas do lugar. As sinalizações indicando o local do patrimônio encontram-se em péssimo estado, assim como não há manutenção regular da vegetação arbustiva que circula a estrutura.

As ruínas da Capela Velha estão localizadas no começo da Rua do Forte, em paralelo à Rua do Sol, via principal da Vila de Nazaré. É através da Rua do Forte que é possível acessar as ruínas Forte Castelo do Mar, Praia do Shiba, Bica do Ferrugem, ruínas do Antigo Quartel, e também onde se encontra um dos acessos à Praia do Paraíso (Figura 35).

**Figura 35 - Placa de Direções na Rua do Forte.**



Fonte: A autora, 2025.

#### **5.2.2.8 Pedra do Cogumelo**

A Pedra do Cogumelo (Figura 36) é uma atração histórica de celebração da criação, através do Decreto Estadual nº 5.554/79, do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), e é constituída por 4 (quatro) pedras empilhadas. A estrutura está localizada na Estrada do Forte, caminho conjunto das Ruínas do Quartel Velho, Bica do Ferrugem, Ruínas do Forte Castelo do Mar e Praia do Shiba.

A estrutura não é considerada um patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Embora a Pedra do Cogumelo não tenha sido considerada na proposta do PPP, o ponto é considerado pela comunidade cabense como elemento referência de memória coletiva local.

**Figura 36 - Pedra do Cogumelo.**



**Fonte:** A autora, 2025.

A Pedra do Cogumelo apresenta marcas de pichação em sua superfície, e o entorno é coberto de vegetação alta e pouco manejada. A pedra está situada em uma área de cota elevada, com acesso por degraus irregulares e sinalização não-padronizada às demais estruturas consideradas patrimônios históricos locais (Figura 37).

**Figura 37 - Acesso à Pedra do Cogumelo.**



**Fonte:** A autora, 2025.

#### **5.2.2.9 Quartel Velho (Ruínas)**

A finalidade de sua construção foi dar maior proteção ao Forte e permitir a acomodação da tropa. A construção do Quartel Velho, provavelmente teve início quando da reforma e ampliação do Forte Castelo do Mar, entre o final do século XVII e princípio do XVIII (SUAPE, 2022) (Figura 38).

**Figura 38 - Ruínas do Antigo Quartel.**



**Fonte:** A autora, 2025.

O acesso às ruínas do Quartel Velho é limitado para veículos e ocorre pela mesma trilha que conduz às ruínas do Forte Castelo do Mar e à Bica do Ferrugem. Antes da passagem restritiva, há uma placa pelo Ministério da Defesa contendo indicações de proibição a determinadas ações a partir da limitação, como proibição de acampar, praticar motocross, jogar lixo, atear fogo, acesso de veículos e emissão de ruídos. Diferente de boa parte das estruturas e das sinalizações, a placa de limitação não apresentou marcas de pichação, apenas de sujeira (Figura 39).



**Figura 40 - Registro de situação de abandono patrimonial.**



**Fonte:** A autora, 2025.

#### **5.2.2.10 Forte Castelo do Mar (Ruínas)**

Diante de uma análise particular *in loco* e técnica, o percurso até as ruínas do forte enquadrou-se como um dos mais críticos de acesso. Trata-se de um local extremamente isolado, sem qualquer estrutura de vigilância ou suporte operacional.

O acesso se inicia através da estrada direita às ruínas do quartel velho, no qual há, novamente, a restrição de acesso de veículos, por meio de uma cerca alta de madeira e arame farpado (Figura 41). Cabe destacar que, o ponto mais elevado de acesso ao forte trata-se de um mirante com vista para o oceano e para o Porto de Suape. Nele, há a presença de placa de proibição pelo Ministério da Defesa, semelhante ao encontrado na entrada de acesso às ruínas do Quartel Velho (Figura 42).

**Figura 41 - Mirante localizado no acesso ao Forte Castelo do Mar.**



**Fonte:** A autora, 2025.

**Figura 42 - Restrição de acesso de veículos ao mirante do Forte Castelo do Mar.**



**Fonte:** A autora, 2025.

A trilha é composta inicialmente por um segmento de terra com amplos processos erosivos, raízes expostas, vegetação arbustiva circundada ao trajeto, e por trechos rochosos com declividades agudas. Em todo o trajeto, não foram observadas quaisquer interferências físicas de acessibilidade, como cordas de apoio e degraus de apoio (Figura 43).

**Figura 43 - Trilha de acesso às ruínas do Forte Castelo do Mar.**



**Fonte:** A autora, 2025.

A área das ruínas do Forte Castelo do Mar também apresenta uma placa de proibição pelo Ministério da Defesa, porém, a placa de identificação da estrutura encontra-se em estado precário, no qual já não há mais letras visíveis para leitura (Figura 44).

**Figura 44 - Placa de história e identificação patrimonial.**



**Fonte:** A autora, 2025.

De forma ampla, as ruínas apresentam poucas marcas de vandalismo e de presença de resíduos sólidos dispostos inadequadamente. Ao redor e durante todo trajeto percorrido a partir do ponto de acesso do Quartel Velho, não há existência de lixeiras para acondicionamento de qualquer material descartado. A situação leva à conclusão que há ação social de limpeza, visto que a área não compõe a rota de coleta pública municipal (Figura 45).

**Figura 45 - Ruínas do Forte Castelo do Mar.**

**Fonte:** A autora, 2025.

#### **5.2.2.11 Antiga Casa de Farinha**

De acordo com o Livro II do Pacto por Suape Sustentável e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014, v.4, F - 30, p.3), a antiga Casa de Farinha foi construída quando Nazaré era o núcleo da vila social, que concentrava instituições como escola, igreja, cartório e cartório, antes da dispersão de unidades por outros bairros, como Gaibu. Conforme os moradores do Sítio da Barra, a Casa de Farinha era coberta por palha e foi reformada através do desmonte do Antigo Farol, onde hoje se encontram as ruínas da Casa do Faroleiro, sendo aproveitado a madeira e telha deste (Figura 46).

**Figura 46 - Antiga Casa de Farinha.**

**Fonte:** CALOS; LIMA, 2020.

Originalmente, nas suas primeiras décadas de funcionamento, a Casa de Farinha da Barra produzia araruta e por isso era conhecida como Casa de Araruta. Depois passou a produzir farinha de mandioca. Há muito tempo se encontra desativada, pois com o processo de industrialização não é rentável a produção artesanal de farinha (SUAPE, 2022).

Embora a Antiga Casa de Farinha seja um atrativo turístico do PMAHC, a estrutura encontra-se em situação precária, assemelhando-se a uma casa desocupada comum. A placa institucional de acesso está situada entre galhos e folhas, quase não sendo possível sua visualização (Figura 47). Entretanto, a placa padrão “Salve a Natureza”, de responsabilidade do Projeto Consciência, apresentou melhores condições físicas e indica a direção da Casa de Farinha de forma prática (Figura 48).

**Figura 47 - Situação da placa padrão de sinalização da Casa de Farinha.**



**Fonte:** A autora, 2025.

**Figura 48 - Placa de acesso à Antiga Casa de Farinha.**



Fonte: A autora, 2025.

#### **5.2.2.12 Bica do Ferrugem**

A Bica do Ferrugem (Figura 49) constitui uma das fontes de água doce do município do Cabo de Santo Agostinho, situada após as Ruínas do Quartel Velho. O ponto de afloramento é apresenta canalização artificial, com algumas marcas de pichação, e a origem do nome é dada pela alta concentração de ferro existente no solo da região, deixando a água e seus arredores um tom ferruginoso.

**Figura 49 - Bica do Ferrugem.**

**Fonte:** A autora, 2025.

O acesso ao local é sinalizado por placas indicativas e por fitas de cor alaranjadas amarradas em galhos ao longo da trilha (Figura 50). A Bica do Ferrugem possui outros acessos alternativos, com menor sinalização, e não possui sinalização de saídas na área direta, gerando risco de desorientação para os visitantes que não conhecem o local, como experienciado, no decorrer da visita técnica, um grupo de visitantes requereu orientação para saída por um dos percursos, no qual o autor guiou-os para uma área previamente conhecida antes da continuidade da análise.

No PPP apresentado pelo Porto de Suape, em parceria com a Natureza Urbana, não foi apresentado um plano de gestão para a Bica do Ferrugem, além da inserção do local no planejamento de percursos temáticos. O local está situado dentro da área de concessão e possui alta influência no turismo local. A área de acesso é composta por afloramentos rochosos irregulares com fissuras, vegetação esparsa, sem a presença de estruturas de apoios artificiais que facilitem o deslocamento dos indivíduos, majoritariamente nos trechos de maior risco de escorregamento.

Ademais, o afloramento d'água deve ser regularmente monitorado para a verificação de patógenos e classificação da qualidade da água para uso recreativo, para mitigação à riscos de saúde pública e ambiental.

**Figura 50 - Sinalização para a Bica do Ferrugem.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Na área da bica, também foram encontrados resíduos sólidos dispostos incorretamente no entorno (Figura 51). Não há a presença de qualquer depósito temporário para os resíduos gerados durante a atividade recreativa.

**Figura 51 - Disposição inadequada de resíduos sólidos observadas no entorno da bica.**



**Fonte:** A autora, 2025.

Por esta razão, é fundamental que o plano de gestão do PMAHC abranja a acessibilidade e qualidade da Bica do Ferrugem. Como destacado na proposta apresentada pela Natureza Urbana, a bica seria inserida no núcleo de recepção e núcleo histórico, com na

tipagem de percurso em trilha e ciclorrota. Ademais, não há outro tipo de intervenção direta em proximidade à área.

### 5.2.2.13 Praia do Shiba

A praia do Shiba (Figura 52) não foi reconhecida na proposta de concessão, embora seja considerada de forma simbólica, por boa parte dos moradores do município, um patrimônio natural. A praia está localizada próxima às Ruínas do Forte Castelo do Mar, rodeada por rochas e pelo mar, e possui acesso através de caminhos rochosos inconstantes.

**Figura 52 - Praia do Shiba.**



**Fonte:** A autora, 2025.

## 5.3 ANÁLISE DA PROPOSTA

O Plano de Concessão é elaborado em 4 (quatro) etapas, sendo elas: Plano de Trabalho, Modelagem Técnica, Plano de Negócios e Modelo de Gestão. Para o presente tópico, será analisada a proposta apresentada, com base no conteúdo da Modelagem Técnica e do Plano de Negócios. A proposta, propriamente dita, descreve o conceito do projeto, o programa de uso, o masterplan e o investimento preliminar.

Para a descrição da proposta, foram observadas algumas problemáticas, majoritariamente causadas pela inconstância da gestão operacional atual. É de se atentar que o projeto foi iniciado em 2021 e finalizado em 2023, resultando em um intervalo de tempo de 4 (quatro) anos entre os dados publicados e a este estudo, portanto, as informações

apresentadas não se encontram atualizadas, e o modelo de proposta pode revelar movimentos de progressão ou de regressão em relação ao cenário anteriormente observado.

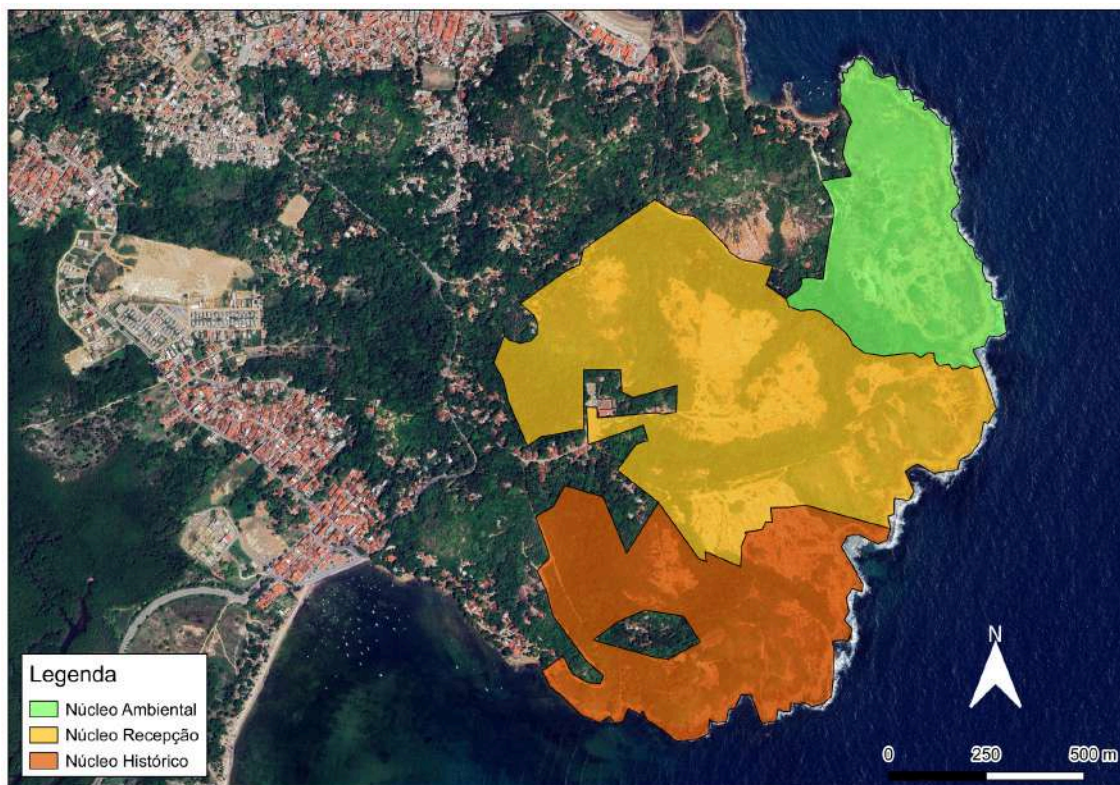
Para precisão de informações, este estudo retrocede ao levantamento de um comparativo entre as análises dispostas no Plano de Concessão e as análises evidenciadas no presente trabalho. Como ponto inicial, é tratado a respeito da segurança pública, na qual não houveram significativas diferenças, visto que os autores relataram ocorrências de assaltos, furtos, falta de iluminação e ausência de controle de acesso de áreas, assim como foi observado em parte durante as visitas técnicas realizadas e por relatos de alguns entrevistados.

Em relação à limpeza e coleta de lixo, iniciativas educativas do princípio dos 3R's foram implementadas pela comunidade, mas não periodicamente seguidas. De forma geral, a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho é a responsável pelo serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos, portanto, propicia a articulação de ações conjuntas e parcerias com a estatal para viabilizar a ampliação do sistema de coleta em todo o território do PMAHC. Bem como também apresentado no estudo e observado durante a visita, a ausência de programas educativos, serviços de coleta, lixeiras e projetos de conservação de áreas verdes, ainda não são operacionalizados de forma vigorosa na área de estudo. Cumpre salientar como ponto positivo que a proposta de concessão indica a priorização do PMAHC nos sistemas de saneamento básico público do Município do Cabo de Santo Agostinho como etapa inicial da implementação do plano proposto. Como visto anteriormente, o saneamento básico abrange a adequação do esgotamento sanitário à rede pública, o abastecimento de água potável, a inserção da área na rota de coleta de resíduos sólidos e a manutenção das áreas do entorno do PMAHC. O comprometimento com a regularização do saneamento básico na área do PMAHC é a premissa inicial para a revalorização da região.

O projeto apresentou um programa de usos do PMAHC organizado em serviços, atrações e atividades oferecidas aos visitantes, e seus usos referente à ocupação, uso e distribuição das funcionalidades. As atividades potenciais foram agrupadas e organizadas em 12 categorias, sendo: Bilheteria, Estacionamento, Transporte, Alimentação (A&B), Comércio, Aventura, Sol e Mar, Hospedagem, Eventos, Sócio Ambiental e Cultural, Natureza e Educação e Interpretação.

No plano de proposta também foi definido um masterplan de localização das atividades dividido em núcleos, sendo eles o ambiental, o de recepção e o histórico (Figura 53).

**Figura 53 - Divisão de núcleos do plano de proposta.**



**Fonte:** Adaptado de Natureza Urbana, 2023.

O Núcleo Ambiental está situado na porção norte, de referência espacial a Vila de Nazaré, da área delimitada para concessão. É de se destacar que a parte definida para as atividades do núcleo, que são relacionadas à natureza, lazer e aventura, restaurante, apoio e parque infantil, apresenta vegetação dispersa. Ademais, as coordenadas geográficas pontuais da delimitação não foram abordadas nos documentos públicos do projeto de concessão, o que limitou a definição exata dos pontos de implantação e, conseqüentemente, a elaboração de uma análise espacial plenamente consistente. Porém, foi observado que os pontos de localização de algumas das atividades estão em área com cobertura vegetal, o que sugere a possibilidade de supressão vegetal para a execução da infraestrutura apresentada no projeto.

O Núcleo de Recepção está situado na área central do plano e conta com atividades de acolhimento. É indicado no projeto que a área de recepção abrigará, em dimensionamento, as

maiores estruturas de suporte, como um centro de visitantes próximo ao Mirante Vila Velha, além de passarelas elevadas, trilhas demarcadas e um estacionamento. Contudo, assim como observado no masterplan do núcleo ambiental, o planejamento locacional do estacionamento está inserido em uma área com cobertura vegetal. Cabe ressaltar que, assim como nas demais situações que podem demandar supressão vegetal, o PMAHC apresenta o processo erosivo como o maior passivo ambiental da região e que a remoção da cobertura vegetal é um fator altamente potencializador. Ainda assim, não há no plano de concessão qualquer detalhamento acerca das possíveis supressões vegetais ou das medidas mitigadoras e compensatórias, salvo a menção da necessidade de realização de estudos geotécnicos das áreas erodidas e contenção de áreas de risco, para a restauração da vegetação degradada, como disposto na Lei nº 12.651/2012.

Já o Núcleo Histórico contempla a valorização dos patrimônios culturais, históricos e turísticos da delimitação de concessão do PMAHC. Para acréscimo ao fator de impacto ambiental para a valoração turística, é apresentado no plano uma área de hospedagem na qual, atualmente, está coberta por vegetação pouco adensada, na área de acesso à Praia do Paraíso. Entre o Núcleo de Recepção e o Núcleo Histórico está previsto o planejamento de implantação de um teleférico como elemento de mobilidade e de paisagem. Além disso, é sugerido no masterplan do projeto que as Ruínas do Antigo Quartel sejam requalificadas como um ponto de exposição e interpretação.

De forma geral, para o Complexo Industrial Portuário de Suape, o propósito de uma gestão privativa do PMAHC consiste no aproveitamento do valor histórico, cultural, artístico, paisagístico, natural, arqueológico, morfológico e geológico da localidade, para um potencial destaque do PMAHC como uma das principais infraestruturas econômicas na vertente do turismo da Região Metropolitana do Recife. A estatal estabeleceu como fatores indispensáveis à concessionária aprovada a priorização de mão de obra e valorização de produtos e serviços locais, além da implementação de estratégias alinhadas à Agenda ESG, na qual incorpora boas práticas de governança e de sustentabilidade.

Em razão disso, a visão do futuro para o parque, apresentado no projeto de concessão, consiste em fortalecer o PMAHC como um sítio turístico multitemático, ampliar o rol de oportunidades, oferecer um novo patamar qualitativo, valorizar e manter o patrimônio ambiental, oferecer oportunidades de contato com a natureza, implementar melhorias na acessibilidade, fortalecer o envolvimento das comunidades locais, assegurar o

desenvolvimento de pesquisas e projetos de educação ambiental e interpretação, e desenvolver melhores práticas para a gestão e operação do PMAHC.

Em 2023, foi realizada uma audiência pública a respeito da concessão do PMAHC, na qual a proposta apresentada não obteve aprovação por parte do público comunitário envolvido, como parte dos moradores da Vila de Nazaré e outras comunidades pertencentes à área diretamente afetada e nas imediações. Cabe destacar que, como observado nas entrevistas conduzidas para a elaboração deste estudo, a resistência da comunidade se dá pela preocupação quanto a descaracterização da identidade cultural e da memória histórica das comunidades inseridas, principalmente, na área proposta para a concessão. Todavia, é importante observar que, a preocupação quanto a descaracterização está vinculada à barreira legal e privativa do uso do solo que, antigamente, era de direito do morador e usufruído como solo livre para a estabelecimentos de novas moradias. Ademais, a área direta de concessão não inclui a Vila de Nazaré e outras comunidades já delimitadas historicamente. A área de delimitação proposta abrange os patrimônios ambientais e estruturais do PMAHC, com o objetivo não de descaracterizar, e sim de conservar e valorizar.

É de entender que, com o avanço do modelo econômico estabelecido nos anos atuais e com as interferências do Complexo Industrial Portuário de Suape em algumas localidades, haja uma maior percepção negativa do que a concessão do PMAHC pode ocasionar negativamente. No entanto, o PMAHC se encontra em um estado de degradação. O livre acesso, ausência de políticas públicas e privadas, projetos vigorosos de educação ambiental, divergências de gestão, são alguns dos fatores principais para a deterioração progressiva da região. São abordadas opiniões divergentes a respeito da concessão do PMAHC, nas quais, majoritariamente, foram concentradas na percepção negativa de descaracterização ambiental e histórica. Contudo, a descaracterização encontra-se em atividade de forma de degradação do patrimônio estrutural e ambiental, como o aumento gradativo dos processos erosivos, ocasionado por ações antrópicas resultantes da ausência de gestão, como observado durante as análises. Portanto, é inescapável a necessidade de implantação de um plano de gestão para o PMAHC, promovido através de um Plano de Concessão.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo permitiu analisar que o PMAHC encontra-se em um estado de degradação gradual e silenciosa, visto que, majoritariamente ao abordado nas respostas do questionário aplicado, há uma percepção da ausência de gestão efetiva e de engajamento comunitário quanto à sua preservação. Embora exista um entendimento implícito da necessidade de interferência de gestão, as opiniões comunitárias quanto à aplicação de um PPP no PMAHC possuem raízes de fragilidades preexistentes, de outras situações, que afetam diretamente no êxito da proposta.

A efetivação de uma gestão do PMAHC é necessária para que haja uma valorização e conservação de todos os aspectos instaurados na delimitação. Os projetos devem prover melhorias de acessibilidade, economia, turística, meio ambiente e cultura, complementado ao bem-estar da comunidade diretamente afetada, sem a elitização ampla de uma região na qual possui longas raízes históricas a fim de evitar a perda de sua identidade cultural.

Por esta razão, é primordial que a articulação participativa entre gestão e comunidade seja apresentada e discutida de forma imparcial quanto às vulnerabilidades históricas que envolvem o Complexo Industrial Portuário de Suape. O fortalecimento e desvinculação dos conflitos subsequentes devem ser acompanhados e assessorados pelo Conselho Gestor para futuras novas discussões, participações comunitárias nas propostas elaboradas e, conseqüentemente, no êxito de aplicação de uma nova gestão.

## REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004:2004 – Resíduos sólidos: classificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<https://analiticaqmcresiduos.paginas.ufsc.br/files/2014/07/Nbr-10004-2004-Classificacao-De-Residuos-Solidos.pdf>>[<<https://analiticaqmcresiduos.paginas.ufsc.br/files/2014/07/Nbr-10004-2004-Classificacao-De-Residuos-Solidos.pdf>>]. Acesso em: 10 fev. 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Sumário geológico: Bacia de Pernambuco-Paraíba – 16ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios**. Brasília, DF: ANP, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos-exploratorios/16a-rodada-licitacoes-blocos/arquivos/areas-oferta/sumario-geologico-pernambuco-paraiba.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

ALVES, Maria José C. F. *et al.* Mapeamento de conflitos socioambientais no território de Suape, Pernambuco/Brasil. **Revista Mutirão**: Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 176-197, 2021. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Grettel-Navas/publication/357449431>>. Acesso em: 1 dez. 2026.

ANJOS, Eduardo Maximiano Furtado dos; REGO, José de Arimatéia Rodrigues. Áreas verdes urbanas e unidades de conservação: funções, benefícios e desafios para a sustentabilidade: uma revisão narrativa. *In*: CIENTÍFICA DIGITAL (org.). **Áreas verdes urbanas e unidades de conservação: funções, benefícios e desafios para a sustentabilidade**. [S. l.]: Científica Digital, 2025. p. 4-12. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/250920115.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2025.

APAC – AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA. **Grupo de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos 2 – GL2**. Recife: APAC, 2025. Disponível em: <<https://www.apac.pe.gov.br/bacias-hidrograficas-gl-2/185-bacias-hidrograficas-gl-2/223-gl-2>>. Acesso em: 16 out. 2025.

ASSIS, Hortência Maria Barboza de. **Cartografia geomorfológica do município do Cabo de Santo Agostinho/PE**. Recife: CPRM; FIDEM, 1999. (Série Cartas Temáticas, v. 4). Disponível em: <[https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/17368/1/rel\\_geomorfologia\\_cabo\\_snt\\_agostinho.pdf](https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/17368/1/rel_geomorfologia_cabo_snt_agostinho.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2025.

ASSUNÇÃO, Daniela Fernandes de *et al.* **Gestão ambiental nas organizações**. Belos: Instituto Federal Goiano, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3691/3/TCC%20Gest%C3%A3o%20Ambiental%20nas%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20%28Trabalho%20Final%29.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Cabo de Santo Agostinho (PE) | Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/cabo-de-santo-agostinho.html>>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Brasília, DF, 25 maio 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acesso em: 07 dez. 2025.

BRITO, Eduardo Martins de. **Desenganos do “(neo)desenvolvimentismo” em Suape: metamorfoses sociais no município de Cabo de Santo Agostinho**. 2019. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/16542>. Acesso em: 17 out. 2025.

CAVALCANTI, J. P. de A.; COSTA, E. de F. Impacto da crise política sobre o Porto de Suape. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 17804-17823, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/25048>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CAVALCANTI, Livia Aguiar Correia; LINS, Maria Glauciene. **Trilhas do parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC): uma proposta de sinalização turística**. 2022. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão em Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/873>. Acesso em: 13 out. 2025.

CHIRINDZA, Maiquel Júlio. **Avaliação do patrimônio histórico-cultural do município de Inhambane como factor de desenvolvimento do turismo cultural**. Inhambane: Universidade Eduardo Mondlane, 2024. Disponível em: <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/4048/4/2024%20-%20Chirindza%2c%20Maiquel%20J%c3%balio.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

COUTINHO, R. Q. *et al.* Trincas longitudinais longas em pavimentos assentes sobre solos expansivos no município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil. **Caderno Pedagógico**, [s. l.], v. 21, n. 7, p. e5592, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5592>. Acesso em: 12 out. 2025.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques da. **Conservação urbana face aos valores patrimoniais: a instrumentalização do patrimônio na gestão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Pernambuco**. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/41436/1/TESE.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques da; LAPA, Tomás de Albuquerque. Conflito na apropriação do patrimônio cultural: a conservação do parque Armando de Holanda. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, v. 31, n. 2, p. 215-227, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v31n2.86165>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques da; LAPA, Tomás de Albuquerque. Contribuições da memória para a gestão da conservação: o caso do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti em Pernambuco, Brasil. **Patrimônio e Memória** (UNESP), Assis, v. 16, n. 1, p. 162-181, jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5016/pem.v16i1.3113>>. Acesso em: 3 out. 2025.

CUNHA, Paulo José de Albuquerque Marques da; LAPA, Tomás de Albuquerque. Entre a essencialidade e a instrumentalidade do patrimônio: valores institucionais e participação social na gestão da conservação urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 23, e202109, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202109>>. Acesso em: 3 out. 2025.

FERNANDES, Ana Raquel Oliveira. **Análise situacional do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti a partir da percepção de gestores e comunidade**. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/121>. Acesso em: 17 out. 2025.

FERNANDES, Ana Raquel Oliveira; BENTO, José Severino. **Conflitos socioambientais identificados em comunidade residente em interior de uma área protegida**. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE, 4., 2015, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: SIGABI, 2015. p. 17. Disponível em: <[http://www.itr.ufrj.br/sigabi/wp-content/uploads/sigabi\\_antigos/4\\_sigabi\\_2015.pdf](http://www.itr.ufrj.br/sigabi/wp-content/uploads/sigabi_antigos/4_sigabi_2015.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2025.

FERREIRA, Rogério Valença; DANTAS, Marcelo Eduardo. **Carta geomorfológica: município de Cabo de Santo Agostinho – PE**. [S. l.]: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2024. 1 mapa, color. Escala 1:60.000. Disponível em: <<https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/24770>>. Acesso em: 14 dez. 2025.

FURTADO, L. S. *et al.* Impactos ambientais oriundos do crescimento urbano/demográfico: um estudo no bairro da Pedreira, Belém/PA. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, [s. l.], v. 11, n. 7, p. 484-500, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.007.0039>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

GALVÃO, Sebastião Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. 2. ed. Recife: CEPE, 2006. v. 3. Disponível em: <<http://10.11.0.40:8080/planor/handle/20.500.12156.6/12740>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GEOPATRIMÔNIO DE PERNAMBUCO. **Geopatrimônio de Pernambuco – geodiversidade e biodiversidade do estado de Pernambuco**. [S. l.]: Geopatrimônio PE, 2025. Disponível em: <<https://geopatrimoniope.com.br/>>. Acesso em: 21 set. 2025.

GOOGLE. **Mapa**: Projeto de mapa customizado (visualização da orla/áreas — Cabo de Santo Agostinho). [S. l.]: Google Maps, 2025. Disponível em: <[https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=10-8DND60q5fBOpHDu31BXBAr54J2D\\_I&ll=-8.33963453522801%2C-34.943495536306926&z=16](https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=10-8DND60q5fBOpHDu31BXBAr54J2D_I&ll=-8.33963453522801%2C-34.943495536306926&z=16)>. Acesso em: 3 set. 2025.

GOOGLE. **Topographic map**: Cabo de Santo Agostinho. [S. l.]: Topographic Map, 2025. Disponível em: <<https://pt-br.topographic-map.com/map-1sf18/Cabo-de-Santo-Agostinho/>>. Acesso em: 18 out. 2025.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira. **Geoconservação: mapeamento, descrição e propostas de divulgação de trilhas geoturísticas no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – Cabo de Santo Agostinho/PE – Brasil**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<https://geopatrimonioppe.com.br/geoconservacao-mapeamento-descricao-e-propostas-de-divulgacao-de-trilhas-geoturisticas-no-parque-metropolitano-armando-de-holanda-cavalcanti-cabo-de-santo-agostinho-pe-brasil>>. Acesso em: 22 dez. 2025.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira; MARIANO, Gorki. Uso de trilhas como recurso didático: abordagem interdisciplinar no ensino das geociências. **Estudos Geológicos**, Recife, v. 24, n. 1, p. 89-103, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.18190/1980-8208/estudosgeologicos.v24n1p89-103>>. Acesso em: 14 nov. 2025.

GUIMARÃES, Thaís de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do; MARIANO, Gorki. **Patrimônios pétreo no Cabo de Santo Agostinho (PE): dos estágios finais de abertura do atlântico aos dias atuais**. Patrimônio em Pedra, Capítulo 10, Pg. 174. 2021. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/353437463\\_Patrimonio\\_petreo\\_no\\_Cabo\\_de\\_Santo\\_Agostinho\\_PE\\_dos\\_estagios\\_finais\\_de\\_abertura\\_do\\_atlantico\\_aos\\_dias\\_atuais](https://www.researchgate.net/publication/353437463_Patrimonio_petreo_no_Cabo_de_Santo_Agostinho_PE_dos_estagios_finais_de_abertura_do_atlantico_aos_dias_atuais)>. Acesso em 17 nov. 2025.

HOLANDA, Romildo Morant de *et al.* Variabilidade de capacidades de campos no balanço hídrico na área da unidade acadêmica do Cabo de Santo Agostinho - PE, Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 2, n. 8, p. e28576, 2021. Disponível em: <<https://recima21.com.br/recima21/article/view/576>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

HERINGER, V. da S. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS: O PAPEL DO ZONEAMENTO URBANO NO FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e7573, 2025. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7573>>. Acesso em: 11 jan. 2026.

LEOTERIO, Dilmo Marques da Silva; COSTA, Igor Correia de Souza. Importância da vila de Nazaré para a educação ambiental e sustentável no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco: laboratório a céu aberto do Brasil colônia. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 9., 2023, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/97940>>. Acesso em: 18 out. 2025.

MORALES-CERDAS, Vanessa *et al.* Indicadores ambientales de áreas verdes urbanas para la gestión en dos ciudades de Costa Rica. **Revista de Biología Tropical**, San José, v. 66, n. 4, p. 1421-1435, dez. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77442018000401421](https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77442018000401421)>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MOURA, Magna Soelma Beserra de; SOBRINHO, José Espínola; SILVA, Thieres George Freire da; SOUZA, Werônica Meira de. **Aspectos meteorológicos do semiárido brasileiro**. *In: [S. l.]*: Embrapa, 2019. cap. 2, p. 85-104. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1112124>>. Acesso em: 15 out. 2025.

NATUREZA URBANA. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), Cabo de Santo Agostinho**: Plano de Concessão. Recife, 2023. Disponível em: <<https://drive.expresso.pe.gov.br/s/AxG7Ki29qHAoYiG?path=%2FEstudos>>. Acesso em: 12 jan. 2026.

NUNES, Liliane de Souza. Porto de Suape como provedor de Pernambuco nas relações internacionais. **NEARI em Revista**, Recife, v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/510/449>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PASSOS, V. E. A.; SUASSUNA, C. C. de A. Avaliando resiliência urbana institucional frente a eventos hidrológicos extremos: o caso de Cabo de Santo Agostinho-PE. **Paisagens & Geografias**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D/article/view/56>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti**: perfil socioeconômico e ambiental (3.2.3.1). *In*: Projeto Orla — Município do Cabo de Santo Agostinho. Recife: CPRH, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/pnma2/projeto-orla-cabo/3.2.3.1parque-metropolitano-armando-holanda-cavalcanti.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

POGGI, G. D. Pacto por SUAPE Sustentável. **Ampliação da capacidade institucional e de gestão de ações para o desenvolvimento socioambiental de SUAPE**. Complexo Industrial Portuário Eraldo Gueiros, UNESCO, 2020. Acesso em: 19 out. 2025.

PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. Feirinha do Vale da Lua com o apoio da Prefeitura do Cabo movimenta o comércio local e alavanca o turismo da região. Cabo de Santo Agostinho, 13 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cabo.pe.gov.br/noticia/1653/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (Município). História do município. Cabo de Santo Agostinho: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <<https://www.cabo.pe.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ROCHA, Lucas Alves da. **Preservação, Patrimônio e arqueologia**: O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma fortificação seiscentista, Pernambuco, Brasil. 2017. 95 f. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57055694/Monografia\\_Forte\\_real\\_de\\_Nossa\\_Senhora\\_de\\_Nazare-libre.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57055694/Monografia_Forte_real_de_Nossa_Senhora_de_Nazare-libre.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2025.

RODRIGUES, Rosa Isabel *et al.* Relationship Between Preservation of Built Cultural Heritage and Economic Development in Lisbon and Porto. **Societies**, Basel, v. 15, n. 5, p. 124, maio 2025. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2075-4698/15/5/124>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SÁNCHEZ, Luis Alberto; PÉREZ, María Fernanda. Conflictos territoriales y planificación urbana en áreas de interés ambiental. **Bitácora**: revista de geografía, territorios y sociedad, Bogotá, v. 30, n. 2, p. 85-102, 2020. Disponível em:

<<https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/86165/79040>>. Acesso em: 18 out. 2025.

SANTOS, Rosane da Silva Avelino dos. **Mapeamento de áreas suscetíveis a inundações no município do Cabo de Santo Agostinho/ Pernambuco – Brasil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1525/MAPEAMENTO.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Jeissy Conceição Bezerra da. **Análise geoambiental do Complexo Industrial Portuário de Suape - PE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. <Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27119>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, Jorge Lucas Loiola da; PINHO, Silvia Teixeira de. Promoção da inclusão e diversidade na educação. **Revista FOCO**, Curitiba, v. 17, n. 6, p. 1-22, 2024. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/7573/5388>>. Acesso em: 16 nov. 2025.

SOUSA, Isabel Cristina Nunes de. **Planejamento e controle da expansão territorial urbana na implementação do Plano Diretor**. 2023. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2023. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/244248>>. Acesso em 16 nov. 2025.

SOUZA, Jênyce Moura de. **Caracterização geológico-geotécnica da Formação Cabo no município do Cabo de Santo Agostinho**. 2018. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/46803>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. **Características ambientais da área de influência do porto**. Ipojuca: SUAPE, 2025. Disponível em: <<https://www.suape.pe.gov.br/pt/meio-ambiente-2/caracteristicas-ambientais-da-area-de-influencia-do-porto>>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. **Pacto por SUAPE Sustentável – Livro II**. Ipojuca: SUAPE, 2022. Disponível em: <<https://online.fliphtml5.com/glafm/tbtl/#p=38>>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. **Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: responsabilidades socioambientais e gestão participativa do conselho gestor**. Ipojuca: SUAPE, 2025. Disponível em: <<https://www.suape.pe.gov.br/pt/transparencia/contratos-aditivos-e-convenios/remuneracoes/178-meio-ambiente/responsabilidades-socioambiental/parque-metropolitano-armando-de-holanda-cavalcanti>>. Acesso em: 16 out. 2025.

VILHENA, Cecília Fernandes. **Parcerias público-privadas (PPPs) na gestão dos parques no Brasil: perspectivas e desafios na implementação do Programa de Concessão dos Parques Estaduais de Minas Gerais**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/tede/581>>. Acesso em: 11 jan. 2026.

XAVIER, Cláudia dos Santos. **As relações socioespaciais dos moradores da Vila de Nazaré com o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo Agostinho-PE**. 2020. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/298>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

XAVIER, Twane Maria Cordeiro. Dinâmica de uso e ocupação do solo nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Pernambuco. **Revista de Geografia (Recife)**, Recife, v. 34, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/44f1320b7230ae5e31d10225382fb78f60ee70e4.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

<b>Bloco 1 – Perfil</b>			
1. Perfil <input type="checkbox"/> Trabalhador(a) do parque/comércio local <input type="checkbox"/> Visitante <input type="checkbox"/> Morador Onde: _____	2. Faixa Etária <input type="checkbox"/> Menos de 18 anos <input type="checkbox"/> 18 – 29 anos <input type="checkbox"/> 30 – 49 anos <input type="checkbox"/> 50 – 64 anos <input type="checkbox"/> 65 anos ou mais	3. Qual a sua frequência de visita ao Parque? <input type="checkbox"/> Todos os dias <input type="checkbox"/> 1 – 2 vezes por semana <input type="checkbox"/> 1 – 2 vezes por mês <input type="checkbox"/> Raramente	4. O que de traz ao Parque? <input type="checkbox"/> Comércio e restaurantes locais <input type="checkbox"/> Trilhas e estruturas históricas <input type="checkbox"/> Igreja <input type="checkbox"/> Eventos locais
<b>Bloco 2 – Percepção do PMAHC</b>			
1. Qual a principal importância do Parque Histórico? <input type="checkbox"/> Valor cultural e histórico <input type="checkbox"/> Espaço de lazer <input type="checkbox"/> Geração de renda/turismo <input type="checkbox"/> Contato com a natureza <input type="checkbox"/> Tradição e memória da comunidade		2. Na sua opinião, o parque hoje está: <input type="checkbox"/> Bem cuidado <input type="checkbox"/> Razoavelmente cuidado <input type="checkbox"/> Mal cuidado O que pode melhorar: _____	
3. Qual a situação da disposição dos resíduos sólidos no PMAHC? <input type="checkbox"/> Bem limpo <input type="checkbox"/> Razoavelmente limpo <input type="checkbox"/> Muito lixo disposto inadequadamente pelo chão e vegetação		4. Você considera o Parque seguro? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não	5. Você acredita que a comunidade local tem voz nas decisões sobre o parque? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Não
<b>Bloco 3 – Conhecimento sobre o Plano de Concessão</b>			
1. Você já ouviu falar no Plano de Concessão/Manejo apresentado pelo Porto de Suape para este Parque? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		2. Se sim, você sabe em que consiste esse plano? <input type="checkbox"/> Sim, conheço bem <input type="checkbox"/> Já ouvi falar, mas não entendo bem <input type="checkbox"/> Não sei do que se trata	3. Você acredita que a concessão do PMAHC ao Porto de Suape pode trazer benefícios? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei
4. Quais benefícios você imagina que podem ocorrer? <input type="checkbox"/> Mais infraestrutura/turismo <input type="checkbox"/> Geração de empregos <input type="checkbox"/> Conservação do patrimônio histórico <input type="checkbox"/> Acesso a novos serviços <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Outro: _____		5. Quais preocupações você tem em relação à concessão? <input type="checkbox"/> Perda da identidade cultural <input type="checkbox"/> Exclusão da comunidade local <input type="checkbox"/> Impactos ambientais <input type="checkbox"/> Redução do acesso da população <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Outro: _____	